

SUMÁRIO

- 129 — Decreto Sobre a Atualização da Vida Religiosa
(*Perfectae Caritatis*)
- 141 — Decreto Sobre o Ecumenismo
- 157 — Visão Crítica da Formação em Ipuarana — DR.
DÁRIO MENDES
- 168 — Solteiros ou Casados Nas Missas Dominicais? —
FREI ANTÔNIO ROLIM, O.P.
- 179 — *Consultas* : Da supressão de casa religiosa; Da
duração do mandato do Conselho provincial

Note e Anote : *Religiosas autorizadas a dar a si mesmas e a outros a santa comunhão*, 182; *Departamento de Imprensa da CRB de São Paulo*, 183; *Associação dos Artífices*, 184; *CRB Informa*, 186; *Pelas Revistas*, 187; *Recensões Bibliográficas*, 189.

Documentos Conciliares

Decreto Sôbre a Atualização da Vida Religiosa

1. A PERFEITA CARIDADE realiza-se pelos conselhos evangélicos e busca a origem na doutrina e nos exemplos do Divino Mestre, constituindo-se em sinal luminoso do Reino dos céus : foi isso que expôs o Sacrosanto Sínodo da Constituição anterior que se inicia com os termos *Lumen Gentium*. Agora, porém, deseja tratar da vida e da disciplina dos institutos, cujos membros professam castidade, pobreza e obediência, provendo também às necessidades deles, como o estão a exigir os tempos atuais.

Existiram, desde os primórdios da Igreja, homens e mulheres, que se votaram à prática dos conselhos evangélicos para seguirem a Cristo com maior liberdade, imitando-o mais de perto e levando, cada qual a seu modo, uma vida consagrada a Deus. Dentre êles, muitos, por inspiração do Espírito Santo, ou passaram a vida na solidão ou suscitararam famílias religiosas, que a Igreja recebeu prazerosamente sob sua autoridade e aprovou. Daí cresceu, pouco a pouco, por designio de Deus, uma variedade de sociedades religiosas, que contribuíram poderosamente para que a Igreja não só estivesse equipada para tãda obra boa (cf. *II Tim*, 3,17) e para a tarefa do ministério em vista da edificação do Corpo de Cristo (cf. *Ef* 4,12), mas também aparecesse ornada com os variados dons de seus filhos como esposa enfeitada para o esposo (cf. *Apoc* 21,2) e por ela se revelasse a sabedoria de Deus, pródiga em recursos (cf. *Ef* 3,10).

Em meio a tamanha variedade de dons, todos os que por Deus são chamados à prática dos conselhos evangélicos, e os professam com fidei-

dade, consagram-se de maneira especial ao Senhor, seguindo a Cristo, que, sendo virgem e pobre, (cf. *Mt* 8,20; *Lc* 9,59), pela obediência até à morte na Cruz (cf. *Filip* 2,8), redimiu e santificou os homens. Assim, levados pela caridade que o Espírito Santo derramou em seus corações (cf. *Rom* 5,5), mais e mais vivem para Cristo e para Seu corpo que é a Igreja (cf. *Col* 1,24). Quanto mais fervorosamente pois se unem a Cristo, por uma tal doação de si mesmos, que abarca a vida toda, tanto mais fecunda se torna a vida da Igreja e tanto mais viçoso se desenvolve seu apostolado.

A fim de que no entanto reverta em maior benefício à Igreja esse valor exímio da vida consagrada pela profissão dos conselhos e sua tarefa obrigatória nas circunstâncias dos tempos atuais, este Sacrossanto Sinodo estabeleceu as normas que seguem, normas que se referem tão-somente aos princípios gerais de uma renovação de vida e disciplina das ordens e das sociedades de vida comum sem votos, como também dos institutos seculares, respeitando-lhes a índole própria. Normas particulares hão de estabelecer-se para um desdobramento adequado e uma aplicação destes mesmos princípios, após o Concílio e por parte da autoridade competente.

Princípios gerais de atualização

2. A atualização da vida religiosa compreende ao mesmo tempo um contínuo retorno às fontes de toda vida cristã e à inspiração primogênia dos institutos, como também uma adaptação dos mesmos às novas condições dos tempos. Tal renovação, suscitada pelo Espírito Santo e dirigida pela Igreja, há de promover-se segundo os princípios que seguem:

a) Uma vez que o seguimento de Cristo, proposto no Evangelho, constitui a norma última de vida religiosa, seja ele tido por todos os institutos como regra suprema.

b) Em benefício mesmo da Igreja, convém que os institutos tenham sua índole e função próprias. Reconheçam por isso e guardem fielmente o espírito e os planos especiais dos Fundadores, como também as tradições sadias, pois é esse conjunto que constitui o patrimônio de cada instituto.

c) Os institutos todos tomem parte na vida da Igreja, façam suas e favoreçam quanto puderem, conforme a índole que lhes é própria, as iniciativas e os objetivos dela no campo bíblico, litúrgico, dogmático, pastoral, ecumênico, missionário e social.

d) Os institutos promovam junto a seus membros uma informação adequada a respeito das condições humanas e temporais, bem como a respeito das necessidades da Igreja, de forma que possam julgar, com sabedoria e à luz da fé, as contingências do mundo de nosso tempo e, no ardor de seu zelo apostólico, vir com mais eficiência em auxílio dos homens.

e) Uma vez que a vida religiosa antes de tudo se orienta no sentido de os membros seguirem a Cristo e se unirem a Deus pela profissão dos conselhos evangélicos, dever-se-á pesar com seriedade o fato de

a melhor atualização às necessidades do tempo não surtir efeito, a não ser que venha animada por uma renovação espiritual a que cabem sempre as primícias, mesmo na promoção das obras externas.

Crîtérios práticos de atualização

3. O modo de viver, rezar e trabalhar há de adaptar-se, por tôda parte e sobretudo nos territórios de missões, às condições físicas e psíquicas hodiernas dos membros e ainda, quanto o requeira a índole de cada instituto, às necessidades do apostolado e às exigências da cultura, como igualmente às circunstâncias sociais e econômicas.

Segundo os mesmos crîtérios, examine-se igualmente a organização do govêrno dos institutos.

Por essa razão, as constituições, diretórios, os códigos de usos, preces e cerimônias, bem como outros da mesma ordem, sejam convenientemente revistos, e, depois de supressas as prescrições obsolotas, adaptados aos documentos dêste Santo Sínodo.

A quem incumbe levar a têrmo a atualização

4. A renovação efetiva e a atualização correta não podem ser alcançadas, se nelas não cooperarem todos os membros do instituto.

Estabelecer porém normas e elaborar leis para a atualização, como também dar ocasião para alguma experiência suficiente e prudente, é de iniciativa exclusiva das autoridades competentes, especialmente dos capítulos gerais, salvo, enquanto necessária, a aprovação da Santa Sé ou dos Ordinários do lugar, segundo a norma do direito. No entanto, em assuntos que se relacionam com os destinos de todo o instituto, os superiores consultem de modo apto os irmãos e lhes dêem ouvido.

Para a atualização dos mosteiros de monjas poder-se-á também lançar mão de votos e de consultas emanadas das assembléias das federações e de outros congressos legitimamente convocados.

Convençam-se no entanto todos que a esperança da renovação repousa antes numa observância mais exata da Regra e das constituições do que na multiplicação de leis.

Alguns elementos comuns a tôdas as formas da vida religiosa

5. Recordem os membros de todo e qualquer instituto, antes de mais nada, que, pela profissão dos conselhos evangélicos, deram resposta a um chamamento divino, de forma a não estarem apenas mortos para o pecado (cf. *Rom* 6,11), mas também a renunciarem ao mundo e a viverem unicamente para Deus. Efetivamente, ao serviço d'Ele entregaram tôda a sua vida, o que constitui, é certo, uma consagração especial, consagração essa intimamente enraizada na do batismo e elevada à expressão mais cabal.

Como no entanto tal doação de si próprios foi aceita pela Igreja, saibam-se também vinculados ao serviço dela.

Esta dedicação a Deus há de forçá-los e incitá-los ao exercício das virtudes, em particular da humildade e obediência, da fortaleza e da castidade, pelas quais tornam sua tanto a humilhação total de Cristo (cf. *Filip 2,7*), como ao mesmo tempo a vida d'Ele no espírito (cf. *Rom 8,1-13*).

Assim os religiosos, fiéis à sua profissão, abandonando tudo por Cristo, (cf. *Mc 10,28*), sigam-n'O (cf. *Mt 19,21*), como único necessário (cf. *Lc 10,42*), ouvindo-Lhe as palavras (cf. *Lc 10,39*) e preocupando-se com o que é d'Ele (cf. *I Cor 7,32*).

Por tal motivo, os membros de todo e qualquer instituto procurem antes de tudo e tão-somente a Deus, unindo a todo o preço a contemplação, pela qual aderem a Deus de alma e afeto, com o amor apostólico, em que se esforçarão por associar-se à obra da Redenção e por dilatar o Reino de Deus.

A vida espiritual merece o maior desvêlo

6. Os que professam os conselhos evangélicos procuram antes de mais nada e amam a Deus, que nos amou primeiro (cf. *I Jo 4,10*), e em tôdas as situações da vida se esforçam por secundar a vida oculta com Cristo em Deus (cf. *Col 3,3*), donde emana e se impõe o amor ao próximo para a salvação do mundo e edificação da Igreja. Por esta caridade, também se alenta e governa a própria praxe dos conselhos evangélicos.

Cultivem pois os membros dos institutos, com zêlo incansável, o espírito de oração e a mesma oração, haurindo-os das puras fontes da espiritualidade cristã. Em primeiro lugar, porém, tenham todos os dias em mãos a Sagrada Escritura, para aprenderem, pela leitura e meditação dos divinos textos, "a ciência eminente de Jesus Cristo" (*Filip 3,8*). Celebrem de coração e bôca a Sagrada Liturgia, sobretudo o sacrossanto mistério da Eucaristia, segundo a mente da Igreja, e, nesta fonte riquíssima, alimentem a vida espiritual.

Desta sorte, revigorados à mesa da divina Lei e do sagrado Altar, amem fraternalmente os membros de Cristo, respeitem e estimem os pastôres com espírito filial; vivam e sintam mais e mais com a Igreja e se dediquem inteiramente à missão dela.

Institutos inteiramente voltados para a contemplação

7. Os institutos que se organizam totalmente em vista da contemplação, de forma que seus membros, na solidão e no silêncio, por entre oração assídua e penitência ardorosa, estejam exclusivamente à disposição de Deus; continuam a ocupar sempre a parte superior dentro do Corpo Místico de Cristo, no qual "nem todos os membros realizam a mesma função" (*Rom 12,4*), embora seja premente a necessidade do apostolado

ativo. Oferecem êles um exímio sacrifício de louvor a Deus, enobrecem o povo de Deus com a abundância dos frutos de santidade, incentivando-o pelo exemplo, multiplicando-o mesmo por uma fecundidade apostólica oculta. É desta forma que se distinguem como ornamento da Igreja e como fontes de graças celestes. Assim mesmo, seu modo de vida seja revisto à luz dos princípios e dos critérios da atualização já enumerados, mantendo-se no entanto da maneira mais inviolável a sua separação do mundo e os exercícios próprios da vida contemplativa.

Institutos que se dedicam à vida apostólica

8. Numerosíssimos são os institutos, clericais e laicais, que na Igreja se dedicam às diversas obras de apostolado e divergem pelos dons que possuem, segundo a graça que lhes foi outorgada: seja serviço quando servem, seja doutrina quando ensinam, seja exortação quando exortam, seja sem cálculo quando colaboram, seja irradiando alegria quando se compadecem (cf. *Rom* 12,5-8). "Há distinção de graças no entanto um mesmo Espírito" (*I Cor* 12,4).

Em tais institutos, a ação apostólica e beneficente pertence à própria natureza da vida religiosa, pois trata-se de um ministério santo e de uma obra própria da caridade que lhes foi confiada pela Igreja, para ser executada em nome dela. Conclua-se daí que toda a vida religiosa dos membros se impregne do espírito apostólico e toda a ação apostólica aceite do espírito religioso sua forma. Para que porém os membros respondam em primeiro lugar à vocação de seguirem a Cristo e de servirem ao mesmo Cristo em Seus membros, a ação apostólica lhes há de brotar da íntima união com Ele. Daí se impõe o cultivo da caridade mesma para com Deus e para com o próximo.

São êstes os motivos que levarão tais institutos a harmonizarem convenientemente as suas observâncias e os seus usos com as exigências do apostolado. Como no entanto a vida religiosa dedicada ao apostolado assume formas múltiplas, impõe-se que sua atualização respeite o critério da diversidade e, nos diversos institutos, a vida dos membros destacados ao serviço de Cristo se apoiem em recursos próprios e adequados.

A fiel observância da vida monástica e conventual

9. Conserve-se com fidelidade e resplandeca sempre em nova luz, tanto no Oriente quanto no Ocidente, o espírito autêntico da venerável instituição da vida monacal, instituição essa que registrou méritos excepcionais no longo decurso dos séculos tanto na Igreja como na sociedade humana. É tarefa precípua dos monges prestarem serviço, a um tempo humilde e nobre, à Majestade divina no interior do mosteiro, seja dedicando-se inteiramente ao culto divino numa vida silenciosa, seja assumindo legitimamente algumas obras de apostolado e caridade cristã. Conservando por isso a índole da própria instituição, renovem as antigas tradições benéficas e acomodem-nas de tal forma às hodiernas necessidades

das almas, que os mosteiros constituam como que seminários de aperfeiçoamento do povo cristão.

Da mesma forma as ordens que por força da Regra e de instituição associam intimamente a vida apostólica ao ofício coral e às observâncias monásticas, conciliem de tal sorte o seu modo de vida com as exigências de um apostolado que se lhes ajuste, a ponto de observarem com fidelidade sua forma de viver e de esta reverter, como deve, em exímio benefício para a Igreja.

A vida religiosa laical

10. A vida religiosa laical, tanto para homens quanto para mulheres, constitui por si um estado completo de profissão dos conselhos evangélicos. Por isso, o Sacro Sínodo, tendo em alto apreço tal instituição — tão útil ao múnus pastoral da Igreja na instrução da juventude, na assistência aos doentes e no desempenho de outros ministérios — confirma os membros em sua vocação e os exorta a acomodarem sua vida às hodiernas exigências.

O Sacro Sínodo declara nada obstar a que nas congregações de Irmãos, embora se conserve estável sua índole laical, por disposição do Capítulo Geral e para socorrerem às necessidades próprias ao ministério sacerdotal em suas casas, sejam alguns membros promovidos às Sagradas Ordens.

Os institutos seculares

11. Os institutos seculares, embora não sejam institutos religiosos, são no entanto portadores de verdadeira e completa profissão dos conselhos evangélicos, no mundo, reconhecida como tal pela Igreja. Esta profissão outorga a consagração tanto a homens como a mulheres, a leigos e a clérigos que vivem no século. Por isso esforcem-se em primeiro lugar por fazerem total dedicação de si próprios a Deus numa caridade perfeita. Conservem ainda seus institutos uma índole própria e peculiar, a saber, secular, para poderem exercer com eficiência e por toda a parte o apostolado no século e como que a partir do século, para o qual foram chamados à existência.

Convençam-se no entanto de maneira insofismável que não poderão enfrentar tamanha tarefa, a não ser que os membros sejam cuidadosamente instruídos nos assuntos divinos e humanos, de forma que se tornem realmente fermento no mundo para o fortalecimento e o crescimento do Corpo de Cristo. Cuidem pois os moderadores, com seriedade, da instrução sistemática, sobretudo espiritual, mas também de uma ulterior formação dos membros.

A castidade

12. A castidade "por causa do reino dos céus" (*Mt 19,12*) que os religiosos professam há de ser apreciada como insigne dom da graça.

Pois libera de modo singular o coração do homem (cf. *I Cor* 7,32-35), para inflamar-se mais na caridade de Deus e dos homens todos; é ela por isso um sinal peculiar dos bens celestes, além de meio muito apto para se dedicarem os religiosos com ardor ao serviço divino e às obras do apostolado. Assim evocam êles, em presença de todos os fiéis cristãos, aquêles esponsais criados por Deus e destinados a manifestar-se plenamente no século futuro, a saber, a Igreja possuindo Cristo como único espôso.

É pois necessário que os religiosos, ao se esmerarem na observância fiel da profissão, ponham sua fé nas palavras do Senhor. Confiados no auxílio de Deus, não se vangloriem das próprias forças, apliquem porém a mortificação e a custódia dos sentidos. Não deixem tampouco de lado os meios naturais, que favorecem a saúde do espírito e do corpo. Desta sorte, não se deixem arrastar por falsas doutrinas que propalam como impossível a continência perfeita ou como nociva ao desdobramento humano, mas rejeitem, por uma espécie de instinto espiritual, tudo que põe em perigo a castidade. Lembrem-se aliás todos, em particular os superiores, que mais seguramente se observará a castidade quando mais floresce entre os membros a verdadeira caridade fraterna na vida comunitária.

Já que a observância da continência perfeita atinge em seu imo as mais profundas inclinações da natureza humana, não se acheguem nem se admitam à profissão da castidade os candidatos, senão após uma provação realmente suficiente e com a devida maturidade psicológica e afetiva. Sejam êles não só advertidos sobre os perigos que se opõem à castidade, mas de tal forma sejam instruídos, que assumam a castidade dedicada a Deus também como benefício para a personalidade integral.

A pobreza

13. A pobreza voluntária, motivada no seguimento de Cristo de que se constitui, sobretudo nos dias de hoje, sinal muito apreciado, há de ser cultivada com amor pelos religiosos e há de encontrar igualmente, se necessário, novas formas de expressão. Por ela comunica-se a pobreza de Cristo que de rico se fez pobre por nós, a fim de nos enriquecer por sua pobreza (cf. *II Cor* 8,9; *Mt* 8,20).

Para a prática da pobreza religiosa não basta porém submeter-se no uso dos bens aos superiores, faz-se ainda mister que os membros sejam pobres de fato e de espírito, possuindo tesouros no céu (cf. *Mt* 6,20). Na função que exerce sinta-se cada qual sujeito à lei comum do trabalho, e, enquanto assim se adquirem as coisas necessárias à subsistência e às obras, afaste tóda preocupação indébita e se confie à Providência do Pai celeste (cf. *Mt* 6,25).

As congregações religiosas podem permitir pelas suas constituições que os membros renunciem aos bens patrimoniais adquiridos ou por adquirir.

Os próprios institutos façam o possível, segundo as condições de cada lugar, por darem um testemunho como que coletivo de pobreza, e contribuam de boa vontade com algo de seus próprios bens para as demais necessidades da Igreja e o sustento dos pobres, a quem os religiosos todos têm de amar nas entranhas de Cristo (cf. *Mt* 19,21; 25,34-46; *Tim* 2,15-16; *I Jo* 3,17). As províncias e as casas dos institutos partilhem umas com as outras os bens temporais, de forma que aquelas que mais possuem ajudem as que padecem necessidade.

Embora os institutos, respeitadas as Regras e constituições, gozem do direito de possuírem todo o necessário para a vida temporal e as obras, evitem no entanto toda espécie de luxo, de lucro imoderado e de acúmulo de bens.

A obediência

14. Pela profissão da obediência, oferecem os religiosos a Deus a inteira dedicação da própria vontade como sacrifício de si próprios, e por ele se unem de modo mais constante e seguro à vontade salvífica de Deus. Assim, a exemplo de Jesus Cristo que veio cumprir a vontade do Pai (cf. *Jo* 4,34; 5,30; *Heb* 10,7; *Sl* 39,9), e, "aceitando a forma de servo" (*Filip* 2,7), aprendeu, através do sofrimento, a obediência (cf. *Heb* 5,8), os religiosos, por moção do Espírito Santo, se submetem na fé aos superiores que fazem as vizes de Deus e por eles são levados a servir a todos os irmãos em Cristo, assim como o próprio Cristo por causa de sua submissão ao Pai serviu aos irmãos e entregou sua alma para a redenção em favor de muitos (cf. *Mt* 20,28; *Jo* 10, 14-18). Desta sorte, ligam-se mais estreitamente ao serviço da Igreja e empenham-se por chegar à força da idade que realiza a plenitude de Cristo (cf. *Ef* 4,13).

Em espírito de fé e de amor para com a vontade de Deus segundo a norma da Regra e das constituições, prestem pois os religiosos um humilde obséquio aos seus superiores, reunindo as forças da inteligência e da vontade, como igualmente os dons da natureza e da graça, na execução dos preceitos e no cumprimento das tarefas a eles confiadas, sabendo que colaboram para a edificação do Corpo de Cristo segundo os planos de Deus. Desta forma, a obediência religiosa, longe de diminuir a dignidade da pessoa humana, leva-a, pela liberdade, ampliada dos filhos de Deus, para a maturidade.

Os superiores por sua vez, devendo prestar contas pelas almas a eles confiadas (cf. *Heb* 13,17), se revelem dóceis à vontade de Deus no exercício do cargo. Em espírito de serviço, exerçam a autoridade em favor dos irmãos, de forma a exprimirem a caridade pela qual Deus os ama. Dirijam os súditos como filhos de Deus e com respeito à pessoa humana, propiciando-lhes a submissão voluntária. Deixem-lhes assim, de modo especial, a devida liberdade em relação ao sacramento da penitência e à direção da consciência. Levem os coirmãos ao ponto de cooperarem com uma obediência ativa e responsável nas tarefas e iniciativas. Os superiores escutem pois com gosto os confrades e promovam igualmente sua cooperação

para o bem do instituto e da Igreja, mantendo-se no entanto a sua autoridade de decidir e prescrever o que deve ser feito.

Os capítulos e conselhos executem com fidelidade a tarefa que lhes é confiada no governo e exprimam, cada qual à seu modo, a participação e o interesse de todos os confrades pelo bem da comunidade tóda.

Vida comum

15. A vida a ser levada em comum, a exemplo da Igreja primitiva em que a multidão era um só coração e uma só alma (cf. *At* 4,32), alimente-se na doutrina evangélica, na Sagrada Liturgia e sobretudo na Eucaristia e persevere na oração e na comunhão de um mesmo espírito (cf. *At* 2,42). Os religiosos, como membros de Cristo, antecipem-se uns aos outros com atenções na intimidade fraterna (cf. *Rom* 12,10), carregando um o fardo do outro (cf. *Gal* 6,2). Assim, pelo amor de Deus difundido em seus corações graças ao Espírito Santo (cf. *Rom* 5,5), a comunidade, como verdadeira família reunida em nome do Senhor, alegra-se com Sua presença (cf. *Mt* 18,20). A caridade porém é a plenitude da lei (cf. *Rom* 13,10) e o vínculo da perfeição (cf. *Col* 3,14). É por ela que sabemos têmos sido transferidos da morte para a vida (cf. *I Jo* 3,14). A união entre irmãos chega mesmo a manifestar o advento de Cristo (*Jo* 13,35; 17,21) e dela emana uma grande força apostólica.

Para que no entanto se estabeleça entre os membros um vínculo mais íntimo de fraternidade, aquêles que são chamados conversos, cooperadores ou com outro nome, sejam estreitamente associados à vida e às obras da comunidade. A não ser que as circunstâncias de fato aconselhem outra coisa, deve cuidar-se que nos institutos de mulheres se chegue a uma única categoria de irmãs. Conserva-se neste caso apenas aquela diversidade entre pessoas que se impõe pela diferenciação das diversas tarefas, a que, por vocação especial de Deus ou por aptidão especial, se destinarem as irmãs.

Mosteiros e institutos de homens, que não sejam meramente leigos, poderão por sua índole admitir clérigos e leigos segundo a norma das constituições em igual razão, com direitos e deveres iguais, excetuando-se aquêles que procedem da sagrada ordenação.

Clausura das monjas

16. A clausura papal em favor das monjas de vida exclusivamente contemplativa continue firme, adaptando-se no entanto às condições de tempos e lugares e suprimindo-se os usos que forem obsoletos, depois de se ouvirem os votos dos próprios mosteiros.

As outras monjas, porém, que, por índole do instituto, se dedicam a obras externas de apostolado, sejam eximidas da clausura papal, para poderem realizar melhor as tarefas do apostolado a elas confiadas, conservando-se no entanto uma clausura segundo a norma das constituições.

O hábito religioso

17. O hábito religioso, como sinal de consagração, seja simples e modesto, pobre e ao mesmo tempo decente, além de consentâneo com os requisitos da saúde e as circunstâncias de tempos e lugares, como ainda acomodado às necessidades do ministério. Tanto o hábito dos homens quanto o das mulheres que não se ajustar a essas normas deve ser modificado.

Formação dos religiosos

18. A atualização dos institutos dependerá, no mais alto grau, da formação dos membros. Os mesmos membros, se não forem clérigos, e as religiosas, não sejam por isso destinados às obras do apostolado, imediatamente após o noviciado. Prolongue-se antes de maneira conveniente e em casas apropriadas a sua formação religiosa e apostólica, doutrinária e técnica, levando-os também a tirar os títulos que lhes convêm.

Para que no entanto a adaptação da vida religiosa às exigências do nosso tempo não permaneça meramente externa, nem aconteça que aqueles que pela organização se dedicam ao apostolado externo se sintam incapazes de executarem a própria tarefa, sejam eles convenientemente informados, segundo a capacidade intelectual e a índole pessoal de cada um, a respeito dos costumes em voga na hodierna vida social e a respeito do modo de sentir e de pensar. A formação, mediante a harmônica fusão de seus elementos, deve ser levada a efeito de tal forma que contribua para a unidade de vida dos membros.

Por toda a vida, porém, procurem os membros aperfeiçoar com esmero essa cultura espiritual, doutrinária e técnica. Para tal fim, procurem os superiores, enquanto puderem, fornecer-lhes oportunidade, meios e tempo necessários.

É igualmente encargo dos superiores cuidar de que os moderadores, mestres espirituais e professores sejam muito bem selecionados e conscientemente preparados.

Fundação de novos institutos

19. Na fundação de novos institutos devem ponderar-se seriamente a necessidade ou ao menos a grande utilidade, como também a possibilidade de expansão, para que não surjam incautamente institutos inúteis ou desprovidos de suficiente vigor. Com critério peculiar, se promovam e elaborem nas novas Igrejas as formas de vida religiosa que tomem em consideração a índole e os costumes dos habitantes como também os usos e as condições do lugar.

Obras próprias dos institutos que devem ser conservadas, atualizadas ou abandonadas

20. Os institutos conservem com fidelidade e realizem as obras que lhes são próprias. Em vista da utilidade da Igreja universal e das dioceses,

adaptem-nas às necessidades dos tempos e lugares, empregando os meios oportunos inclusive os modernos. Abandonem porém aquelas obras que nos dias de hoje menos se acomodam ao espírito e à índole autêntica do instituto.

De toda forma se conserve o espírito missionário nos institutos e conforme a índole que lhes é própria se adapte às condições hodiernas, de forma que a pregação do Evangelho entre os povos todos se realize de maneira mais eficiente.

Institutos e mosteiros decadentes

21. No entanto, aos institutos e mosteiros que, segundo o testemunho dos Ordinários do lugar de que dependem e a juízo da Santa Sé, não oferecerem esperança fundada de tornarem a florescer, seja vedado para o futuro receber noviços. Se fôr possível, sejam eles unidos a outro instituto ou mosteiro mais viçoso que, pela finalidade e o espírito, deles não se diferencie muito.

União dos institutos

22. Institutos e mosteiros independentes, conforme a oportunidade e com a aprovação da Santa Sé, promovam entre si federações, se de algum modo pertencerem à mesma família religiosa, ou uniões, se tiverem constituições e usos quase idênticos e forem animados do mesmo espírito, particularmente quando forem demasiadamente exíguos, ou associações, caso se dediquem a obras externas congêneres.

Conferências de superiores maiores

23. Merecem incentivo as conferências ou conselhos de superiores maiores erigidos pela Santa Sé, que muito podem contribuir para se realizarem mais cabalmente os objetivos de cada instituto, para se favorecer um entrosamento mais eficiente em prol da Igreja, para se distribuírem de modo mais adequado os operários do Evangelho em determinado território, como também para se tratarem assuntos comuns aos religiosos, desde que se estabeleça uma coordenação acertada e a cooperação com as conferências dos bispos em relação ao exercício do apostolado.

Tais conferências poderão instituir-se também em favor dos institutos seculares.

Propaganda da vocação religiosa

24. Envidem os sacerdotes e educadores cristãos sérios esforços, para que se dê às vocações religiosas, acertada e cuidadosamente selecionadas, novo incremento que venham corresponder de maneira cabal às necessidades da Igreja. Também na pregação ordinária cuidem de expor mais vêzes os conselhos evangélicos e a vocação para o estado religioso. Os pais, ao

educarem os filhos nos costumes cristãos, cultiven e protejam em seus corações a vocação religiosa.

Podem os institutos promover o conhecimento de si próprios, para favorecerem vocações e procurarem candidatos, desde que isso se faça com a devida prudência e observadas as normas baixadas pela Santa Sé e pelo Ordinário do lugar.

Lembrem-se porém os religiosos de que o exemplo da própria vida é a melhor recomendação de seu instituto e o mais eficaz convite para alguém abraçar a vida religiosa.

Conclusão

25. Os institutos, para os quais se estabelecem estas normas de atualização, respondam com disponibilidade de espírito à sua vocação divina e à sua tarefa na Igreja de nossos tempos. O Sacro Sínodo tem em alto apreço seu gênero de vida — virginal, pobre e obediente — de que o próprio Cristo Senhor se fez exemplo; deposita êle firme esperança em sua atividade, escondida e pública, tão fecunda. Por isso os religiosos todos pela integridade de sua fé, pela caridade para com Deus e o próximo, pelo amor da cruz e a esperança da futura glória, propaguem a boa-nova de Cristo no mundo todo, a fim de que o testemunho deles por todos seja considerado, e glorificado nosso Pai, que está nos céus (cf. *Mt* 5,16). Assim, pela intercessão suavíssima da Virgem Maria, Mãe de Deus, “cuja vida passou a ser norma para todos” (1), dia por dia, experimentem mais amplo desenvolvimento e produzam mais fecundos frutos de salvação.

(1) S. AMBRÓSIO — *De Virginitate*, I. II, c. II, n. 15).

NAO EXIGÊNCIA DE RECONHECIMENTO DE FIRMAS em petições dirigidas à Administração Pública

É o seguinte o teor da Lei n.º 4862 de 29 de novembro de 1965, publicada em Suplemento ao DIÁRIO OFICIAL, de 30 de novembro de 1965:

Art. 31. Salvo em casos excepcionais ou naqueles em que a lei imponha explicitamente esta condição, não será exigido o reconhecimento de firmas em petições dirigidas à administração pública, podendo todavia a repartição requerida, quando tiver dúvida sobre a autenticidade da assinatura do requerente ou quando a providência servir ao resguardo do sigilo, exigir antes da decisão final a apresentação de prova de identidade do requerente.

Decreto Sôbre o Ecumenismo

PAULO BISPO, Servo dos Servos de Deus, juntamente com os Padres Conciliares, para perpétua memória do acontecimento: Decreto sôbre o Ecumenismo.

PROEMIO

1. A REINTEGRAÇÃO DA UNIDADE entre todos os cristãos é uma das principais finalidades do Sagrado Sínodo Ecumênico Vaticano II. Pois Cristo Senhor fundou uma só e única Igreja. São entretanto numerosas as Comunhões cristãs que se apresentam aos homens como legítima herança de Jesus Cristo. Todos na verdade se professam discípulos do Senhor, mas têm pareceres diversos. Caminham por rumos diferentes, como se o próprio Cristo estivesse dividido (cf. *I Cor* 1,13). Esta divisão sem dúvida contradiz abertamente a vontade de Cristo, e é escândalo para o mundo, como também prejudica a sagrada causa de pregar o Evangelho a tōda a criatura.

O Senhor dos séculos, porém, sábia e pacientemente prossegue o plano de sua graça a favor de nós pecadores. Começou ultimamente a infundir de modo mais abundante nos cristãos separados entre si a compunção de coração e o desejo de união. Por tōda parte muitos homens sentiram o impulso desta graça. Também entre nossos irmãos separados, por moção da graça do Espírito Santo, surgiu um movimento cada vez mais intenso para a restauração da unidade de todos os cristãos. Este movimento de unificação é chamado ecumênico. Participam dele os que invocam o Deus Trino e confessam a Cristo como Senhor e Salvador, não só individualmente mas também reunidos em assembléias. Cada qual afirma que o grupo onde ouviu o Evangelho é sua Igreja e a de Deus. Quase todos, porém, se hem que de modo diverso, aspiram a uma Igreja de Deus unã e visível, que seja verdadeiramente universal e enviada ao mundo inteiro a fim de que se converta o mundo ao Evangelho e assim seja salvo, para a glória de Deus.

O Sacro Sínodo considera tôdas essas coisas com transportes de alegria. Tendo já declarado a doutrina sôbre a Igreja, movido pelo desejo de restaurar a unidade de todos os discípulos de Cristo, quer propor a todos os católicos os meios, os caminhos e os modos pelos quais possam êles corresponder a esta divina vocação e graça.

CAPÍTULO I

OS PRINCÍPIOS CATÓLICOS DO ECUMENISMO

A unidade e unicidade da Igreja

2. Nisto se manifestou a caridade de Deus para conosco, em que o Filho Unigênito de Deus foi enviado ao mundo pelo Pai a fim de que, feito homem, desse nova vida pela Redenção a todo o gênero humano e o unificasse (cf. *I Jo* 4,9; *Col* 1,18-20; *Jo* 11,52). Antes de se imolar no altar da Cruz como hóstia imaculada, rogou ao Pai pelos que crêem, dizendo: "Para que todos sejam um, como tu, Pai, em mim e eu em ti; para que sejam um em nós, a fim de que o mundo creia que tu me enviaste" (*Jo* 17,21). Na Sua Igreja instituiu o admirável sacramento da Eucaristia, pelo qual é tanto significanda como realizada a unidade da Igreja. A Seus discípulos deu o nôvo mandamento do mútuo amor (cf. *Jo* 13,34) e prometeu o Espírito Paráclito (cf. *Jo* 16,7), que, Senhor e Fonte de Vida, com êles permanecesse para sempre.

Suspenso na cruz e glorificado, o Senhor Jesus derramou o Espírito prometido. Por Êle chamou e congregou na unidade da fé, esperança e caridade o povo da Nova Aliança, que é a Igreja, como o atesta o Apóstolo: "Só há um corpo e um espírito, como também fostes chamados numa só esperança da vossa vocação. Só um Senhor, uma fé, um batismo" (*Ef* 4,4-5). Com efeito "todos quantos fostes batizados em Cristo, vos revestistes de Cristo... Pois todos vós sois um em Cristo Jesus" (*Gal* 3,27-28). O Espírito Santo habita nos crentes, penetra e rege tôda a Igreja, realiza aquela maravilhosa comunhão dos fiéis e liga todos tão intimamente em Cristo, que é Princípio da unidade da Igreja. Êle realiza a distribuição das graças e dos ofícios (cf. *I Cor* 12,4-11), enriquecendo a Igreja de Jesus Cristo com múltiplos dons "a fim de aparelharem os santos para a obra do ministério; na edificação do corpo de Cristo" (*Ef* 4,12).

Para estabelecer esta Sua santa Igreja em todo mundo até a consumação dos séculos, Cristo outorgou ao Colégio dos Doze o ofício de ensinar, reger e santificar (cf. *Mt* 28,18-20; *Jo* 20,21-23). Dentre êles escolheu Pedro. Sôbre êle, após a profissão de fé, decidiu edificar Sua Igreja. A êle prometeu as chaves do Reino dos céus (cf. *Mt* 16,18; *Mt* 18,18) e, depois da profissão de seu amor, confiou-lhe a tarefa de con-

firmar tôdas as ovelhas na fé (cf. *Lc* 22,32) e de apascentá-las em perfeita unidade (cf. *Jo* 21,15-18), permanecendo eternamente o próprio Cristo Jesus como a principal pedra angular (cf. *Ef* 2,20) e pastor de nossas almas (cf. *I Pe* 2,25; *Con. Vaticanum I*, Sess. IV (1870), *Constitutio Pastor Aeternus* : Coll. Lac. 7, 482 a).

Jesus Cristo, portanto, quer que os Apóstolos e seus sucessores — os Bispos e o sucessor de Pedro como Chefe — pela pregação fiel do Evangelho, pela administração dos Sacramentos e pelo governo amuroso, sob a ação do Espírito Santo, cresça Seu povo e aperfeiçoe a sua comunhão na unidade : na confissão de uma fé, na comum celebração do culto divino e na fraterna concórdia da família de Deus.

Assim a Igreja é a única grei de Deus. É como um estandarte elevado entre as nações (cf. *Is* 11,10-12). Administrando o Evangelho da paz a todo o gênero humano (cf. *Ef* 2,17-18; *Mc* 16,15), peregrina em esperança, rumo à meta da pátria suprema (cf. *I Pe* 1,3-9).

Este é o sagrado mistério da unidade da Igreja, em Cristo e por Cristo, realizando o Espírito Santo a variedade dos ministérios. O supremo modelo e princípio dêste ministério é a unidade na Trindade das Pessoas de um só Deus Pai e Filho no Espírito Santo.

A relação dos Irmãos separados com a Igreja Católica

3. Nesta uma e única Igreja de Deus já desde os primórdios surgiram algumas cisões (cf. *I Cor* 11,18-19; *Gal* 1,6-9; *I Jo* 2,18-19), que o Apóstolo censura como gravemente condenáveis (cf. *I Cor* 1,11 ss; 11,22). Nos séculos posteriores, porém, originaram-se dissensões mais amplas. Comunidades não pequenas se separaram da plena comunhão da Igreja Católica, algumas vêzes não sem culpa dos homens de ambos os lados. Mas os que agora nascem em tais comunidades e são instruídos na fé de Cristo não podem ser argüidos do pecado da separação e a Igreja católica os abraça com fraterna reverência e amor. Pois aquêles que crêem em Cristo e foram devidamente batizados estão em certa comunhão, embora não perfeita, com a Igreja católica. De fato, as discrepâncias de vários graus vigentes entre eles e os fiéis da Igreja Católica — quer em questões doutrinárias, às vêzes também disciplinares, quer acêrca da estrutura da Igreja — criam não poucos obstáculos, por vêzes muito graves, à plena comunhão eclesiástica. O movimento ecumênico visa a superar êstes obstáculos. No entanto, justificados pela fé no batismo, eles são incorporados a Cristo (1) e, por isso, com razão são honrados com o nome de cristãos e reconhecidos merecidamente pelos filhos da Igreja Católica como irmãos no Senhor (2).

(1) CONC.FLORENTINUM, Sess. VIII (1439), *Decretum Exultate Deo* : MANSI 31, 1056 A.

(2) Cf. S. AUGUSTINUS, *In Ps.* 32, *Enarr.* II, 29 : PL 36, 299.

Ademais, dos elementos ou bens, como os quais, tomados em conjunto, a própria Igreja é edificada e vivificada, alguns e até muitos e exímios podem existir fora do âmbito da Igreja Católica: a Palavra escrita de Deus, a vida da graça, a fé, a esperança e a caridade e outros dons interiores do Espírito Santo e elementos visíveis. Tudo isso, que de Cristo provém e a Cristo conduz, pertence por direito à única Igreja de Cristo.

Também não poucas ações sacras da religião cristã são celebradas entre os irmãos separados de nós. Por vários modos, conforme a condição de cada Igreja ou Comunidade, estas ações sem dúvida podem produzir realmente a vida da graça. Devem mesmo ser tidas como aptas para abrir a porta à comunhão salvadora.

Segue-se que as Igrejas (3) e Comunidades separadas como tais, embora creiamos que tenham defeitos, de forma alguma estão despojadas de sentido e de significação no mistério da salvação. Pois o Espírito de Cristo não recusa empregar como meios de salvação aqueles cuja virtude deriva da própria plenitude de graça e verdade confiada à Igreja Católica.

Contudo, os irmãos de nós separados, quer como indivíduos quer como Comunidades e Igrejas, não gozam daquela unidade que Jesus quis prodigalizar a todos os que regenerou e convivificou num só corpo e em novidade de vida e que as Sagradas Escrituras e a venerável Tradição da Igreja professam. Pois só pela Igreja Católica de Cristo, instrumento geral de salvação, pode ser atingida toda a plenitude dos meios de Salvação. Cremos também que o Senhor confiou todos os bens do Novo Testamento só ao Colégio apostólico, a cuja testa está Pedro, com o fim de constituir na terra um só corpo de Cristo. É necessário que a Ele se incorporem plenamente todos os que de alguma forma pertencem ao povo de Deus. Este povo, durante a peregrinação terrestre, ainda que sujeito ao pecado nos seus membros, cresce incessantemente em Cristo. É conduzido suavemente por Deus, segundo Seus misteriosos desígnios, até que chegue, alegre, à total plenitude da glória eterna na Jerusalém celeste.

O Ecumenismo

4. Hoje, em muitas partes do orbe, mediante o sopro da graça do Espírito Santo, pela oração, pela palavra e pela ação, se empreendem muitas tentativas de aproximação àquela plenitude de unidade que Jesus Cristo quis. O Santo Sínodo, portanto, exorta todos os fiéis a que, reconhecendo os sinais dos tempos, solícitamente participem do trabalho ecumênico.

Por "Movimento ecumênico" se entendem as atividades e iniciativas que são suscitadas e ordenadas em favor das várias necessidades da Igreja e oportunidade dos tempos, no sentido de favorecer a unidade dos cristãos. Tais são: primeiro, todos os esforços para eliminar palavras,

(3) Cf. CONC. LATERANENSE IV (1215), Constitutio IV; MANSI 22, 990; CONC. LUGDUNENSI II (1274), Professio fidei Michaelis Palaeologi; MANSI 24, 71 E; CONC. FLORENTINUM, Sess. VI (1439), Definitio Laetentur caeli; MANSI 31, 1026 E.

juízos e ações que, segundo a equidade e a verdade, não correspondem à condição dos irmãos separados e, por isso, tornam mais difíceis as relações com eles. Em seguida, o "diálogo" entre peritos competentes das diversas Igrejas e Comunidades. Nestes encontros de cristãos, organizados no espírito religioso, cada qual explica mais profundamente a doutrina de sua Comunhão e apresenta perspicuamente suas características. Pois com este diálogo todos adquirem um conhecimento mais verdadeiro e uma avaliação mais adequada da doutrina e da vida das duas Comunhões. Então estas Comunidades conseguem também mais ampla colaboração em certas obrigações que toda a consciência cristã exige em vista do bem comum. E, onde for permitido, reúnem-se em oração unânime. Enfim, todos examinam sua fidelidade à vontade de Cristo acerca da Igreja e, na medida do necessário, iniciam vigorosamente o trabalho de renovação e de reforma.

Desde que os fiéis da Igreja Católica prudente e pacientemente trabalhem sob a vigilância dos Pastores, tudo isso contribuirá para promover a equidade e a verdade, a concórdia e a colaboração, o espírito fraterno e a união. Assim, percorrendo este caminho, superando paulatinamente os obstáculos que impedem a perfeita comunhão eclesial, todos os cristãos se congreguem na celebração de uma só Eucaristia e na unidade de uma única Igreja. Esta unidade desde o início Cristo a concedeu à Sua Igreja. Nós cremos que esta unidade subsiste inamissível na Igreja Católica e esperamos cresça de dia a dia, até a consumação dos séculos.

Mas é evidente que a obra de preparação e reconciliação dos indivíduos que desejam a plena comunhão católica é por natureza distinta da ação ecumênica. Entretanto, não existe nenhuma oposição entre as duas, pois ambas procedem da disposição admirável de Deus.

É sem dúvida necessário que os fiéis católicos na ação ecumênica se preocupem com os irmãos separados. Rezem por eles. Palestrem com eles sobre assuntos da Igreja. Dêem os primeiros passos em direção a eles. Sobretudo porém examinem com espírito sincero e atento aquelas coisas que na própria Família católica devem ser renovadas e realizadas para que sua vida dê um testemunho mais fiel e luminoso da doutrina e dos ensinamentos recebidos de Cristo, através dos Apóstolos.

Embora a Igreja Católica seja enriquecida de toda a verdade revelada por Deus e de todos os meios da graça, seus membros, contudo, não vivem com todo aquele fervor que seria conveniente. Por isso aos irmãos de nós separados e ao mundo inteiro a face da Igreja brilha menos e seu crescimento é retardado. Por esse motivo os católicos devem tender à perfeição cristã segundo a condição de cada qual. Devem empenhar-se (cf. *Tg* 1,4; *Rom* 12,1-2) para que a Igreja, carregando em seu corpo a humildade e a mortificação de Jesus (cf. *II Cor* 4,10; *Filip* 2,5-8), de dia para dia se purifique e se renove, até que Cristo a apresente a Si gloriosa, sem mancha e sem ruga (cf. *1 Jo* 5,27).

Todos na Igreja devem guardar a unidade nas coisas necessárias. Contudo, segundo o múnus dado a cada um, conservem a devida liberdade.

de tanto nas várias formas de vida espiritual e de disciplina, quanto na diversidade de ritos litúrgicos e até mesmo na elaboração teológica da verdade revelada. Mas em tudo cultivem a caridade. Por este modo de agir manifestarão sempre melhor a autêntica catolicidade e apostolicidade da Igreja.

Por outro lado, é mister que os católicos reconheçam com alegria e estimem os bens verdadeiramente cristãos, oriundos de um patrimônio comum, que se encontram nos irmãos separados de nós. É digno e salutar reconhecer as riquezas de Cristo e as obras virtuosas na vida dos outros que dão testemunho por Cristo, às vezes até à efusão de sangue. Pois Deus é sempre admirável e digno de admiração em Suas obras.

Nem se passe por alto o fato de que tudo o que a graça do Espírito Santo realiza nos irmãos separados pode também contribuir para a nossa edificação. Tudo o que é verdadeiramente cristão jamais se opôs aos bens genuínos da fé, mas sempre pode fazer com que mais perfeitamente se compreenda o próprio mistério de Cristo e da Igreja.

Todavia, as divisões dos cristãos são um impedimento à Igreja no sentido de não poder realizar a plenitude da catolicidade que lhe é própria naqueles filhos que lhe são acrescentados pelo batismo, mas que estão separados de sua plena comunhão. E até para a própria Igreja se torna mais difícil exprimir na realidade da vida a plena catolicidade, sob todos os aspectos.

Este Santo Sínodo percebe com alegria que a participação dos fiéis na ação ecumênica aumenta cada vez mais. Recomenda-a aos Bispos de toda a terra, para que seja vigorosamente promovida e prudentemente dirigida por eles.

CAPÍTULO II

A PRÁTICA DO ECUMENISMO

5. A solicitude na busca da união vale para toda a Igreja, para os fiéis e para os pastores. Afeta a cada um em particular, de acordo com sua capacidade, quer na vida cristã cotidiana, quer nas investigações teológicas e históricas. Essa preocupação manifesta de certo modo uma união fraterna já existente entre todos os cristãos, e conduz à unidade plena e perfeita, segundo a benevolência de Deus.

A renovação da Igreja

6. Toda a renovação da Igreja (4) consiste essencialmente na crescente fidelidade à própria vocação. Esta é sem dúvida a razão do movimento para a unidade. A Igreja peregrinante é chamada por Cristo,

(4) Cf. CONC. LATERANENSE V, Sess. XII (1517), *Constitutio Constituti*: MANSI 32, 988 B-C.

a essa reforma perene. Dela como instituição humana e terrena necessita perpétuamente. Assim, se em vista das circunstâncias das coisas e dos tempos houve deficiência, quer na moral, quer na disciplina eclesiástica, quer também no modo de enunciar a doutrina — o que deve ser cuidadosamente distinguido do próprio depósito da fé — seja reta e devidamente reformado no momento oportuno.

Pois esta renovação tem grande importância ecumênica. Ela já é efetuada em várias esferas da Igreja. Tais são os movimentos bíblico e litúrgico, a pregação da Palavra de Deus e a catequese, o apostolado dos leigos, as novas formas de vida religiosa, a espiritualidade do matrimônio, a doutrina e atividade da Igreja no campo social. Tudo isto deve ser tido como penhor e auspício certos que felizmente prognosticam os futuros progressos do ecumenismo.

A conversão do coração

7. Não há verdadeiro ecumenismo sem conversão interna. Pois os ansios de unidade nascem e amadurecem da renovação da mente (cf. *Ef* 4,24), da abnegação de si mesmo e da libérrima efusão da caridade. Por isso devemos implorar do Espírito divino a graça da sincera abnegação, humildade e mansidão no servir, e uma atitude de fraterna generosidade para com os outros. “Portanto — diz o Apóstolo das gentes — eu, prisioneiro no Senhor, vos rogo que andeis dignos da vocação à qual fostes chamados, com toda a humildade e mansidão, com paciência, suportando-vos uns aos outros em caridade, e esforçando-vos solícitamente por conservar a unidade do Espírito no vínculo da paz” (*Ef* 4,1-3). Esta exortação visa sobretudo àqueles que foram levados à sagrada ordenação com a intenção de que seja continuada a missão de Cristo, que entre nós “não esteve para ser servido, mas para servir” (*Mt* 20,28).

Das culpas, também as contra a unidade, vale o testemunho de São João: “Se dissermos que não temos pecados, fazemo-lo de mentiroso e sua palavra não está em nós” (*I Jo* 1,10). Por isso pedimos humildemente perdão a Deus e aos irmãos separados, assim como também nós perdoamos aos que nos têm ofendido.

Lembrem-se todos os cristãos que tanto melhor promovem e até exercem a união dos cristãos, quanto mais se esforçarem por levar uma vida mais pura, de acordo com o Evangelho. Pois quanto mais estiverem unidos em comunhão estreita com o Pai, o Verbo e o Espírito, tanto mais íntima e facilmente conseguirão aumentar a mútua fraternidade.

A unânime oração

8. Esta conversão do coração e santidade de vida, juntamente com as súplicas particulares e públicas pela unidade dos cristãos, devem ser tidas como a alma de todo o movimento ecumênico e com razão podem ser chamadas de ecumenismo espiritual.

É importante para os católicos unir-se freqüentemente naquela oração pela unidade da Igreja que o próprio Salvador rezou ardentemente ao Pai, na vigília de sua morte: "Que todos sejam um" (Jo 17,21).

Em algumas circunstâncias peculiares; como por ocasião das orações prescritas "pro unitate" e em reuniões ecumênicas, é lícito e até desejável que os Católicos se associem aos irmãos separados na oração. Tais preces comuns são certamente um meio muito eficaz para impetrar a unidade. São uma genuína manifestação dos vínculos pelos quais ainda estão unidos os católicos com os irmãos separados: "Onde dois ou três estão congregados em meu nome, ali estou eu no meio deles" (Mt 18,20).

Todavia a comunhão nas coisas sagradas não se deve considerar como um meio a ser aplicado indiscriminadamente na restauração da unidade dos Cristãos. Esta comunhão depende precipuamente de dois princípios: da necessidade de testemunhar a unidade da Igreja e da participação nos meios da graça. O testemunho da unidade quase sempre proíbe a comunicação. A busca da graça algumas vezes a recomenda. Sobre o modo concreto de agir decida prudentemente a autoridade episcopal local, considerando tôdas as circunstâncias dos tempos, lugares e pessoas, a não ser que outra coisa seja determinada pela conferência episcopal, segundo seus próprios estatutos, ou pela Santa Sé.

⊙ conhecimento mútuo dos Irmãos

9. É preciso conhecer a mente dos irmãos separados. Para isso necessariamente se requer um estudo a ser feito segundo a verdade e com ânimo benévolo. Católicos devidamente preparados devem adquirir um melhor conhecimento da doutrina e história, da vida espiritual e litúrgica, da psicologia religiosa e cultura que é própria aos irmãos. Muito ajudam para isso as reuniões de ambas as partes para tratar principalmente de questões teológicas. Nelas cada parte aja de igual para igual, contanto que seus participantes, sob a vigilância dos superiores, sejam verdadeiramente peritos. De tal diálogo também se verá mais claramente qual é a situação real da Igreja Católica. Por êsse caminho se conhecerá outrosim melhor a mente dos irmãos separados e nossa fé lhes será mais aptamente exposta.

⊙ ensino ecumênico

10. A sagrada teologia e as outras disciplinas, principalmente as históricas, devem ser ensinadas também do ponto de vista ecumênico, de modo que respondam mais exatamente à verdade das coisas.

Pois importa muito que os futuros pastores e sacerdotes estudem a teologia bem elaborada por êsses modos e não polêmicamente, sobretudo nas questões que incidem sobre as relações entre os irmãos separados e a Igreja Católica.

Porquanto da formação dos sacerdotes depende em grande parte a necessária instrução e formação espiritual dos fiéis e dos religiosos.

Devem ainda os católicos que se entregam a obras missionárias nas mesmas terras que outros cristãos, especialmente hoje em dia, conhecer as questões e os frutos que, para seu apostolado, se originam do ecumenismo.

O modo de expressar e expor a doutrina da fé

11. O modo e o método de formular a doutrina católica de forma alguma devem transformar-se em obstáculo para o diálogo com os irmãos. É absolutamente necessário que toda a doutrina seja exposta com clareza. Nada tão alheio ao ecumenismo quanto aquele falso irenismo, pelo qual a pureza da doutrina católica sofre detrimento e é obscurecido seu sentido genuíno e certo.

A fé católica deve ao mesmo tempo ser explicada mais profunda e mais corretamente de tal modo e com tais termos que possa ser de fato compreendida também pelos irmãos separados.

Ademais, no diálogo ecumênico os teólogos católicos, sempre fiéis à doutrina da Igreja, quando investigarem juntamente com os irmãos separados os divinos mistérios, devem proceder com amor da verdade, com caridade e humildade. Na comparação das doutrinas lembre-se que existe uma ordem ou "hierarquia" entre as verdades da doutrina católica, já que o nexo delas com o fundamento da fé cristã é diferente. Assim se abre o caminho pelo qual, mediante esta fraterna emulação, todos se sintam incitados a um conhecimento mais profundo e a uma manifestação mais clara das investigáveis riquezas de Cristo (cf. Ef 3,8).

A cooperação com os Irmãos separados

12. Todos os cristãos professam diante do mundo inteiro a fé no Deus uno e trino, no Filho de Deus encarnado, nosso Redentor e Salvador. Por um esforço comum e em estima mútua dêem testemunho da nossa esperança, que não engana. Sendo que nos tempos hodiernos largamente se estabelece a cooperação no campo social, todos os homens são chamados a uma obra comum, mas de modo mais especial os que crêem em Deus, máxime todos os cristãos assinalados com o nome de Cristo. A cooperação de todos os cristãos vivamente exprime aquelas relações pelas quais já estão unidos entre si e coloca a face de Cristo Servo numa luz mais plena. Essa cooperação, já instaurada em não poucas nações, deve ser aperfeiçoada sempre mais, principalmente nas regiões onde se realiza a evolução social ou técnica. Vai ela contribuir para avaliar devidamente a dignidade da pessoa humana, promover o bem da paz, aplicar ainda mais o Evangelho na vida social, incentivar o espírito cristão nas ciências e nas artes e aplicar qualquer gênero de remédios aos males de nossa época, tais como: a fome e as calamidades, o analfabetismo e a pobreza, a falta de habitações e a inadequada distribuição dos bens. Por esta cooperação todos os que crêem em Cristo podem mais facilmente aprender como devem entender-se melhor e mais estimar-se uns aos outros. Assim se abre o caminho que leva à unidade dos cristãos.

CAPÍTULO III

**AS IGREJAS E COMUNIDADES ECLESIAIS SEPARADAS
DA SÉ APOSTÓLICA ROMANA****Proêmio**

13. Olhamos para as duas principais categorias de cisões que afetam a túnica inconsútil de Cristo.

As primeiras divisões sobrevieram no Oriente, quer por contestação das fórmulas dogmáticas dos Concílios de Éfeso e Calcedónia, quer, em tempo posterior, pela solução da comunhão eclesiástica entre os Patriarcados Orientais e a Sé Romana.

Depois, após mais de quatro séculos, outras divisões originam-se, no Ocidente, dos acontecimentos comumente conhecidos sob o nome de Reforma. Desde então várias Comunhões nacionais ou confessionais se separaram da Sé Romana. Entre aquelas nas quais continuam parcialmente as tradições e estruturas católicas, ocupa lugar especial a Comunhão anglicana.

Estas diversas divisões, todavia, diferem muito entre si, não apenas em razão da origem, lugar e tempo, mas principalmente pela natureza e gravidade das questões pertinentes à fé e à estrutura eclesiástica.

Por isso, sem querer minimizar as diferenças entre os vários grupos cristãos e sem desconhecer os laços que entre eles existem não obstante a divisão, este Santo Concílio resolve propor as seguintes considerações para uma prudente ação ecumênica.

**I — CONSIDERAÇÃO PECULIAR DAS IGREJAS
ORIENTAIS****Mente e história própria dos Orientais**

14. Durante não poucos séculos as Igrejas do Oriente e do Ocidente seguiram por caminhos próprios, unidas contudo pela fraterna comunhão de fé e vida sacramental. Quando entre elas surgiam dissensões acerca da fé ou da disciplina, a Sé Romana as dirimia de comum consenso. Entre outras coisas de grande importância, é grato ao Sacrossanto Concílio trazer à memória de todos o fato de que no Oriente não poucas Igrejas particulares ou locais, entre as quais sobressaem as Igrejas Patriarcais, se gloriam de ter origem nos próprios Apóstolos. Por isso entre os Orientais prevaleceu e prevalece a solicitude e o cuidado de conservar na comunhão da fé e caridade aquelas relações fraternas que devem vigorar entre as Igrejas locais, como entre irmãos.

Semelhante não se deve esquecer que as Igrejas do Oriente têm desde a origem um tesouro, do qual a Igreja do Ocidente herdou muitas coisas em liturgia, tradição espiritual e ordenação jurídica. Nem se deve

subestimar o fato de que os dogmas fundamentais da fé cristã sobre a Trindade e o Verbo de Deus, encarnado da Virgem Maria, foram definidos em Concílios Ecumênicos celebrados no Oriente. Para preservar esta fé muito sofreram e ainda sofrem aquelas Igrejas.

Mas a herança deixada pelos Apóstolos foi aceita de formas e modos diversos e desde os primórdios da Igreja cá e lá foi explicada de várias maneiras, também por causa da diversidade de gênio e condições de vida. Tudo isso, além das causas externas, e também por falta de mútua compreensão e caridade, deu azo às separações.

Em vista disso, o Sacrossanto Sinodo exorta a todos, mormente aos que pretendem dedicar-se à restauração da plena comunhão desejada entre as Igrejas orientais e a Igreja católica, a que tenham na devida consideração esta peculiar condição da origem e do crescimento das Igrejas do Oriente e da índole das relações que vigoravam entre elas e a Sé Romana antes da separação. Formem uma apreciação reta de todos estes fatores. Acuradamente observadas, estas coisas contribuirão muito para o diálogo intencionado.

Tradição litúrgica e espiritual dos Orientais

15. Também é conhecido de todos com quanto amor os Cristãos orientais realizam as cerimônias litúrgicas, principalmente a celebração eucarística, fonte da vida da Igreja e penhor da futura glória, pela qual os fiéis unidos ao Bispo têm acesso a Deus Pai mediante o Filho, o Verbo encarnado, morto e glorificado na efusão do Espírito Santo, conseguem a comunhão com a Santíssima Trindade, feitos "participantes da natureza divina" (*II Pe 1,4*). Por isso, pela celebração da Eucaristia do Senhor, em cada uma dessas Igrejas a Igreja de Deus é edificada e cresce (5), e pela concelebração se manifesta a comunhão entre elas.

Neste culto litúrgico os Orientais engrandecem com belíssimos hinos a Maria sempre Virgem, que o Concílio Ecumênico de Éfeso solenemente proclamou Mãe Santíssima de Deus, para que se reconhecesse verdadeira e propriamente a Cristo como Filho de Deus e Filho do Homem segundo as Escrituras. Cantam hinos também a muitos Santos, entre os quais Padres da Igreja universal.

Como essas Igrejas, embora separadas, têm verdadeiros sacramentos, principalmente, porém, em virtude da sucessão apostólica, o Sacerdócio e a Eucaristia, ainda se unem mais intimamente conosco. Por isso, alguma comunicação nas coisas sagradas não só é possível mas até aconselhável, dadas as oportunas circunstâncias e com aprovação da autoridade eclesiástica.

No Oriente também se encontram as riquezas das tradições espirituais, que o monaquismo principalmente expressou. Pois desde os gloriosos tempos dos Santos Padres floresceu no Oriente aquela elevada es-

(5) Cf. S. IOANNES CHRYSOSTOMUS, *In Ioannem Homelia XLVI*, PG 59, 260-262.

piritualidade manástica, que de lá se difundiu para o Ocidente e da qual a vida religiosa dos latinos se originou como de sua fonte e em seguida, sem cessar, recebeu novo vigor. Recomenda-se por isso vivamente que os Católicos se acheguem com mais freqüência a estas riquezas espirituais dos Padres do Oriente que elevam o homem todo à contemplação das coisas divinas.

Conhecer, venerar, conservar e fomentar o riquíssimo patrimônio litúrgico e espiritual dos Orientais é de máxima importância para guardar fielmente a plenitude da tradição cristã e realizar a reconciliação dos Cristãos orientais e ocidentais.

Disciplina própria dos Orientais

16. Além do mais, desde os primeiros tempos as Igrejas do Oriente seguiam as disciplinas próprias, sancionadas pelos Santos Padres e Sínodos, mesmo Ecumênicos. Louge de obstar à unidade da Igreja, certa diversidade de costumes e usos, como acima se lembrou, antes aumentou-lhe o decôro e contribui não pouco para cumprir sua missão. Por isso o Sagrado Sínodo, para tirar toda dúvida, declara que as Igrejas do Oriente, lembradas da necessária unidade de toda a Igreja, têm a faculdade de se servirem de métodos e modos diferentes para conhecer e exprimir os seus fiéis e mais aptas a atender ao bem das almas. A observância perfeita deste tradicional princípio, nem sempre respeitado, é condição prévia indispensável para a restauração da união.

Índole própria da Teologia dos Orientais

17. O que acima foi dito acêrca da legítima diversidade, é-nos grato declará-lo também com relação à diversidade na enunciação teológica das doutrinas. Pois no estudo da verdade revelada o Oriente e o Ocidente se serviram de métodos e modos diferentes para conhecer e exprimir os mistérios divinos. Não admira por isso que alguns aspectos do mistério revelado às vêzes sejam captados mais cõngruamente e postos em melhor luz por um que por outro. Nestes casos deve-se dizer que aquelas várias fórmulas teológicas, em vez de se oporem, antes não raras vêzes mutuamente se completam. Com relação às tradições teológicas autênticas dos Orientais, deve-se reconhecer que elas de fato e eximamente estão radicadas nas Sagradas Escrituras, são alimentadas e expressas na vida litúrgica, nutridas pela viva tradição apostólica e pelos escritos dos Padres Orientais e dos autores espirituais, promovem a instituição reta da vida cristã e até mesmo tendem a uma plena visão da verdade cristã.

Agradecendo a Deus que numerosos filhos orientais da Igreja Católica que custodiam êste patrimônio e desejam vivê-lo mais pura e plenamente já vivem em plena comunhão com os irmãos que cultivam a tradição ocidental, êste Santo Sínodo declara que todo êsse patrimônio espiritual e litúrgico, disciplinar e teológico, em suas diversas tradições, faz parte da plena catolicidade e apostolicidade da Igreja.

Conclusão

18. Tendo tudo isso ponderado, o Sacrossanto Sínodo renova o que foi declarado pelos Sagrados Concílios anteriores e também pelos Pontífices Romanos : para restaurar e conservar a comunhão e unidade é preciso "não impor nenhum outro encargo além do necessário" (At 15,28). Veementemente também deseja que nos vários institutos e formas de vida da Igreja se envidem todos os esforços para uma gradual concretização desta unidade, principalmente pela oração, por um fraternal diálogo em torno da doutrina e das mais urgentes necessidades da missão pastoral de hoje. Do mesmo modo recomenda aos Pastôres e fiéis da Igreja Católica cultivar boas relações com aquêles que já não vivem no Oriente, mas longe da pátria, para que cresça a colaboração fraterna com eles no espírito da caridade, excluído todo espírito de contenciosa rivalidade. E se esta causa fôr promovida com todo o entusiasmo, o Sacrossanto Sínodo espera que, demolida a parede que divide a Igreja ocidental da oriental, se faça finalmente uma única mansão, firmada na pedra angular, Cristo Jesus, que fará de ambas uma só (6).

II — AS IGREJAS E COMUNIDADES ECLESIAIS SEPARADAS NO OCIDENTE

A condição própria destas Comunidades

19. As Igrejas e Comunidades eclesiais que se separaram da Sede Apostólica Romana ou naquela grave situação iniciada no Ocidente já pelos fins da Idade Média, ou em tempos posteriores, continuam contudo ligadas à Igreja Católica pelos laços de uma peculiar afinidade e obrigação por causa da diuturna convivência do povo cristão na comunhão eclesial durante os séculos anteriores.

Estas Igrejas e Comunidades eclesiais têm diversas origens e diferentes convicções em matéria de doutrina e vida espiritual. Não só de nós, mas também entre si diferem consideravelmente. É pois uma tarefa por demais difícil descrevê-las de modo adequado; nem queremos aqui empreender tal coisa.

Embora o movimento ecumênico e o desejo de paz com a Igreja Católica ainda não sejam em tôda parte fortes, temos a esperança de que no futuro cresçam pouco a pouco em todos o sentido ecumênico e a estima mútua.

É preciso, contudo, reconhecer que entre estas Igrejas e Comunidades e a Igreja Católica há discrepâncias consideráveis, não só de índole histórica, sociológica, psicológica, cultural, mas sobretudo de interpreta-

(6) Cf. CONC. FLORENTINUM, Sess. VI (1439), Definitio. Laetentur caeli : MANSI 31, 1026 E.

ção da verdade revelada. Para que mais facilmente, não obstante estas diferenças, se possa estabelecer o diálogo ecumênico, queremos nas seguintes linhas expor alguns pontos que podem e devem ser o fundamento e o encorajamento deste diálogo.

A confissão de Cristo

20. Nossa mente considera primeiramente aqueles Cristãos que, para glória do Deus único, Pai e Filho e Espírito Santo, abertamente confessam Jesus Cristo como Deus e Senhor e único mediador entre Deus e os homens. Sabemos existirem não pequenas discrepâncias com respeito à doutrina da Igreja Católica também sobre Cristo, Verbo de Deus encarnado, e sobre a obra da redenção e por conseguinte sobre o mistério e o ministério da Igreja sobre a função de Maria na obra da salvação. Alegramo-nos, contudo, vendo que os irmãos separados tendem para Cristo como fonte e centro da comunhão eclesiástica. Tocados pelo desejo de união com Cristo, são mais e mais compelidos a buscarem a unidade e a igualmente darem em toda parte entre os povos o testemunho da sua fé.

O estudo da Sagrada Escritura

21. O amor e a veneração e o quase culto das Sagradas Escrituras levam nossos irmãos a um constante e cuidadoso estudo da Página Sagrada: pois o Evangelho é "a força de Deus para a salvação de todo aquele que crê, do judeu primeiro, mas também do grego" (*Rom* 1,16).

Invocando o Espírito Santo, nas próprias Sagradas Escrituras, procuram a Deus, que lhes fala em Cristo pronunciado pelos profetas, Verbo de Deus por nós encarnado. Nelas contemplan a vida de Cristo e aquilo que o Divino Mestre ensinou e realizou para a salvação dos homens, sobretudo os mistérios de Sua morte e ressurreição.

Mas, enquanto os Cristãos de nós separados afirmam a autoridade divina dos Sagrados Livros, pensam diferentemente de nós — cada um de modo diverso — sobre a relação entre as Escrituras e a Igreja. Nela, segundo a fé católica, o magistério autêntico tem lugar peculiar na exposição e pregação da Palavra de Deus escrita.

No entanto, no próprio diálogo as Sagradas Letras são exímios instrumentos na poderosa mão de Deus para a consecução daquela unidade que o Salvador apresenta a todos os homens.

A vida sacramental

22. Pelo sacramento do Batismo, sempre que fôr retamente conferido segundo a instituição do Senhor e recebido com a devida disposição de alma, o homem é verdadeiramente incorporado a Cristo crucificado e glorificado, e regenerado para o consórcio da vida divina, segundo esta palavra do Apóstolo: "Com Ele fostes sepultados no batismo e n'Ele fostes

com-ressuscitados pela fé no poder de Deus, que O ressuscitou dos mortos” (*Col 2,12*; cf. *Rom 6,4*).

O Batismo, pois, constitui o vínculo sacramental da unidade que liga todos os que foram regenerados por ele. O batismo, porém, de per si é só o início e o exórdio que tende à consecução da plenitude de vida em Cristo. Por isso o batismo se ordena à completa profissão da fé, à íntegra incorporação no instituto da salvação tal como o próprio Cristo o quis e à total inserção na comunhão eucarística.

Embora falte às Comunidades eclesiais de nós separadas a unidade plena conosco proveniente do Batismo e embora creiamos que elas não tenham conservado a genuína e íntegra substância do Ministério Eucarístico, sobretudo por causa da falta do sacramento da Ordem, contudo, quando na Santa Ceia fazem a memória da morte e ressurreição do Senhor, elas confessam ser significada a vida na comunhão de Cristo e esperam Seu glorioso advento. É por isso necessário que se tome como objeto do diálogo a doutrina sobre a Ceia do Senhor, sobre os outros Sacramentos e sobre os ministérios da Igreja.

A vida com Cristo

23. A vida cristã destes irmãos alimenta-se da fé em Cristo e é fortalecida pela graça do Batismo e pela audição do Verbo de Deus. Manifesta-se na oração particular, na meditação bíblica, na vida familiar cristã, no culto da comunidade congregada para o louvor de Deus. Aliás o culto deles por vêzes mostra notáveis elementos da antiga liturgia comum.

Sua fé em Cristo produz frutos de louvor e ação de graças pelos benefícios recebidos de Deus. Há, entre eles, um vivo sentido da justiça e uma sincera caridade para com o próximo. Esta fé operosa produziu não poucas instituições para aliviar a miséria espiritual e corporal, promover a educação da juventude, tornar mais humanas as condições sociais da vida e estabelecer por toda parte a paz.

É se em assuntos morais muitos dentre os Cristãos nem sempre entendem o Evangelho do mesmo modo que os Católicos, nem admitem as mesmas soluções para as mais difíceis questões da sociedade hodierna, querem no entanto como nós aderir à palavra de Cristo como fonte da virtude cristã e obedecer ao preceito do Apóstolo: “Tudo quanto fizerdes por palavra ou por obra, fazei tudo em nome do Senhor Jesus Cristo, dando graças a Deus Pai por Ele” (*Col 3,17*). Daí é que o diálogo ecumênico pode ter como ponto de partida a aplicação moral do Evangelho.

Conclusão geral

24. Assim, após têmos exposto brevemente as condições segundo as quais se pode exercer a ação ecumênica e os princípios pelos quais ela deve ser moderada, olhamos com confiança para o futuro. Este Sacrosanto Sínodo exorta os fiéis a se absterem de qualquer zelo superficial ou

imprudente que possa prejudicar o verdadeiro progresso da unidade. Pois sua ação ecumênica não pode ser senão plena e sinceramente católica, isto é, fiel à verdade que recebemos dos Apóstolos e dos Padres, em harmonia com a fé que a Igreja Católica sempre professou e ao mesmo tempo tendente àquela plenitude pela qual o Senhor quer que cresça Seu Corpo no decurso dos tempos.

Este Sacrossanto Sinodo deseja com insistência que as iniciativas dos filhos da Igreja Católica unidas às dos irmãos separados se desenvolvam; que não se ponham obstáculos aos caminhos da Providência; e que não se prejudiquem os futuros impulsos do Espírito Santo. Ademais, o Concílio declara estar consciente que êste santo propósito de reconciliar todos os cristãos na unidade de uma só e única Igreja de Cristo excede as forças e os dotes humanos. Por isso põe inteiramente sua esperança na oração de Cristo pela Igreja, no amor do Pai para conosco e na virtude do Espírito Santo. "E a esperança não engana, pois o amor de Deus se derramou em nossos corações por virtude do Espírito Santo que nos foi dado" (*Rom 5,5*).

Promulgação

Todo o conjunto e cada um dos pontos que foram enunciados neste Decreto agradaram aos Padres.

E Nós pelo Poder Apostólico por Cristo a Nós confiado, juntamente com os Veneráveis Padres, no Espírito Santo os aprovamos, decretamos e estatuímos. Ainda ordenamos que o que foi assim determinado em Concílio seja promulgado para a Glória de Deus.

Roma, junto de São Pedro, no dia 21 de novembro de 1964.

EU, PAULO, BISPO DA IGREJA CATÓLICA
Seguem-se as assinaturas dos Padres Conciliares

As Superiores Miores e Diretoras de Escolas Normais
 recomendamos o

CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO NORMAL

Data: 11 a 16 de julho de 1966

Local: Colégio Imaculada Conceição

Praia de Botafogo, 266

RIO DE JANEIRO (ZC-02) — GB

Visão Crítica da Formação em Ipuarana

DR. DÁRIO MENDES

Ipuarana é um lugarzinho pitoresco na Serra da Borborena, no município de Lagoa Seca, a oito quilômetros de Campina Grande, o grande centro comercial da Paraíba. É aí que, em 1940, foi construído o Seminário Menor da Província Franciscana do Norte do Brasil. Ao completar seus 25 anos de existência, e dentro do programa da Semana Jubilar efetuada de 4 a 11 de julho de 1965, aí se realizou ao mesmo tempo um encontro de ex-alunos (cf. Revista da CRB, n.º 126, p. 759). Excelente processo de promoção vocacional na comemoração de um jubileu.

O Professor Dário Mendes é justamente um ex-aluno de Ipuarana. Sua conferência, que aqui transcrevemos, ao apontar falhas na formação em Ipuarana do seu tempo, sem esquecer os benefícios nela recebidos, valerá talvez também para outros seminários. Ainda que seja matéria já amplamente debatida pelos responsáveis, ela está sempre aberta a novas perspectivas e reflexões, sobretudo quando se constata o movimento de renovação de métodos de ensino e formação em favor daqueles que passam pelo seminário.

A REDAÇÃO

... Aqui nos reunimos para debatermos. E deste debate deverá sair algum proveito para a formação em Ipuarana, com seu erros, seus acertos, sua filosofia.

A filosofia católica, como é sabido, tem sua própria interpretação de objetivos em matéria de formação, porque as demais interpretações ignoram ou negligenciam aspectos fundamentais da natureza humana, do fim último ou até da ordem social.

A educação do jovem em cada grau de seu crescimento e desenvolvimento deve estar conforme com sua verdadeira natureza e com a da sociedade de que é membro. Deve, portanto, incluir o desenvolvimento e treinamento correto de cada aspecto de sua natureza : o físico, o social, o intelectual, o estético e o espiritual.

Certas idéias falsas acêrca da natureza do jovem, baseadas em falsa filosofia e, conseqüentemente, em falsa psicologia, são responsáveis por muitos erros encontrados na teoria e na prática da educação. Essas falsas opiniões têm sua origem principalmente na filosofia do naturalismo e, secundariamente, no dualismo de Descartes, no naturalismo de Rousseau e no evolucionismo de Dewey.

Dessas fontes têm-se originado teses insustentáveis, várias teorias mecanicistas da aprendizagem e psicologias que, dada a sua base monista-materialista, são falsas, exclusivistas e perniciosas. São muitos e vários os erros encontrados na educação e presos a essas teorias. Alguns dêles são : a negação da alma espiritual como a única explicação válida do pensamento, do raciocínio, do juízo e da vontade, as errôneas explicações de como se processa a transferência da aprendizagem; a superestimação do êxito, na educação, e a correspondente negligência na preparação para fazer face, inteligentemente, às situações de insucesso; a tentativa moderna para identificar a higiene mental e educação do caráter na base de sanções puramente pragmáticas e sem o elo unificador da religião; a educação sexual; a opinião de que o homem é, apenas, um *bom gorila*; o estabelecimento de métodos científicos como medida padrão para os valores de vida e, finalmente, a anarquia educacional e social resultante do experimentalismo.

Do ponto de vista da filosofia católica da educação, ao jovem deve ser dada aquela instrução, orientação e disciplina sistemáticas, requisitos para o desenvolvimento harmonioso de tôdas as suas fôrças, "segundo sua jerarquia essencial". Finalmente, a educação do jovem deve, sempre, estar conforme com a razão e a revelação divina e deve ser dirigida, a cada passo, e em tôdas as épocas, no sentido de atingir o seu fim último : Deus.

O direito à educação

Cada jovem tem direito à educação e o indispensável treino para realizar a sua vocação temporal e para ocupar seu lugar como membro da sociedade. Claro que a vocação não se limita exclusivamente à ordem temporal; tem igualmente corolários morais e espirituais, que não podem ser negligenciados. O homem deve receber uma formação integral. Pelo fato de a Providência dar habilidades vocacionais e oportunidades para cada indivíduo, dentro dos planos da economia divina, segue-se que há necessidade decisiva de educar o homem, tanto para a vocação temporal quanto para seu destino eterno. Precisamente por isto, como dizia Pio XI, a educação inclui todo o conjunto da vida humana, física e espiritual, intelectual e moral, individual, doméstica e social.

Assim, claro embora o objetivo último da educação católica, existe a necessidade positiva de enunciar definitivamente os seus objetivos próxi-

mos, o que já foi várias vezes tentado. Mas como a realização desses objetivos, em todos os níveis, inclusive o secundário, deve ser orientado necessariamente por determinado tempo e lugar, poderíamos tentar esboçar os objetivos da formação em Ipuarana. E se tornariam então óbvios os erros e os acertos dessa formação, pesquisando-se o grau de satisfação dos itens formulados como objetivos secundários. E só a partir desta formulação objetiva e de posterior pesquisa de satisfação, poder-se-ia determinar os erros e os acertos. Nunca numa simples tese de diletante.

Observe-se entretanto que, uma vez que os objetivos ou fins se relacionam sempre com a natureza dos resultados, "a primeira coisa a considerar-se para se saber se há fins ou objetivos é a continuidade intrínseca do trabalho ou atividade em questão. Porque se se tratar de mera série de atos justapostos, dos quais uns devem ser feitos primeiro e outros depois, já não há problemas de fins. Falar-se em objetivo ou fim da educação quando quase todos os atos de um discípulo são impostos pelo professor, quando a única ordem na seqüência de seus atos é a proveniente das lições marcadas e das direções dadas por outrem, é absurdo. Como se torna igualmente ridículo falar-se em fins ou objetivos quando se permite a atividade caprichosa ou descontínua. Um objetivo ou um fim importa em atividades seriadas e ordenadas, atividades cuja ordem consiste no progressivo completar-se de um processo".

A partir da experiência de cada um de nós, ex-seminaristas franciscanos, (os *ex* por serem hoje padres, e os *ex* por não terem atingido o sacerdócio e sim terem abraçado modos de ser e até posições quanto ao dever ser, freqüentemente pouco sacerdotais), poderia talvez surgir um enunciado objetivo, como se tem feito nos Estados Unidos, por exemplo. Nunca, repita-se, numa simples tese de diletante.

Porque, de nossa experiência comum, do debate aliado à pesquisa e da autoridade doutrinária, neste ponto como em outros, se deve firmar a posição filosófico-pedagógica em Ipuarana. E é utilizando a minha experiência de seminarista e de ex-seminarista que formulei este esboço, versando sobre o que me pareceu serem as principais falhas da formação em Ipuarana --- sim, porque das virtudes, que são tantas, é dispensável falar, por evidentes.

Ponto de partida : realismo experimental

Nunca é tarde frisar que nosso ponto de partida deverá ser o *realismo experimental*. O desprestígio da posição filosófica do Ocidente e em particular o desprestígio da escolástica, frente por exemplo ao realismo marxista, é que permanecemos de certo modo medievais. (Não se pense que estas considerações são puras digressões : a pedagogia católica em geral e a ipuarense em particular se tem de influenciar da grande visão filosófica).

Mas nós permanecemos apegados ao realismo de Aristóteles e Santo Tomás, mais por ser do *Estagirita* e do *Aquinote* do que por ser realismo. E tanto é assim que a escolástica ensinada em nossas faculdades — no que

se assemelha aos nossos escolasticados — se compraz em rotular-se de realismo moderado, sem fazer realismo, mas textualismo. Repete-se Aristóteles e se esquece de que cada um deve ter consciência de que se se refere a Aristóteles é porque a sua posição coincide com a do filósofo grego. O realismo existe, não porque ele o inventou (para isto teria de ter inventado a própria realidade — o que seria idealismo), mas porque há coincidência da visão aristotélica do mundo com a minha experiência sensível e com o testemunho da minha consciência.

Realismo são os fatos de minha vida atestados pelos sentidos e pela consciência. Cada um, como fundamento de sua formação, deve fundamentar a sua visão filosófica, pois que, se participa do mundo, deve partir para a construção inclusive do itinerário filosófico realista-experimental do relativo ao Absoluto, no mundo circundante. De outro modo, a nossa filosofia é árida; estaremos fazendo textualismo — no que se compraz a maioria dos escolásticos — ou cairemos no realismo materialista que contém verdades, mas ignora a Verdade — e é pela sede de realismo que tantos aderem ao marxismo —, ou ficaremos numa posição idealista talvez intuicionista — intuição com fundamento intelectual (a Verdade é o que entendo como tal), emocional (a Verdade é o que sinto como tal) ou volitivo (a Verdade é o que quero como tal).

Mas esse erro da “escolástica” de hoje — permanecendo em textualismo e perdendo cada vez mais a influência na vida — me parece ser a primeira grande fonte de falhas na formação em Ipuarana. Para ter uma visão harmônica da vida e do mundo e se incorporar ao mundo, embora, como dizia Léon Bloy, como “peregrinos do Absoluto”, não é necessário um curso de fórmulas e histórias e doutrinas, porque filosofia se aprende a cada hora, até mesmo na contemplação de uma flor ou de uma aurora. Mas, permitam-me dizer, de acordo com a minha experiência pessoal em Ipuarana, falta aqui impregnar-se o aluno (o que é essencial para a sua formação) de um sentido realístico da vida e do mundo — missão esta que não é de um professor em particular, mas de todos, cada um com seu ângulo.

Cada seminarista deveria ser impregnado de filosofia viva. Mas para isto precisará também o mestre não apenas se contentar com um curso de filosofia — talvez excessivamente textualista — e arquivar a filosofia como matéria morta. Se o mestre não tem a necessária e real atitude filosófica e se se apega apenas a conceitos e preconceitos de ordem religiosa, a tarefa pedagógica é falha, porque distorcida. É o professor — como alguns dos que tive aqui — se transforma em figura de mentalidade medieval, em que pese, entretanto, a extraordinária erudição ou a sua intensa vida espiritual.

São aristotélicos como antanho; são como aqueles que se perturbaram diante de Galileu — que descobrira as manchas do sol —, porque pensavam que o sol era um corpo celeste, espiritual, lhes parecia repugnante ao pensamento que “um corpo celeste pudesse ter manchas”. Muitos se recusaram a observar. Outros olharam, viram e divulgaram a nova perturbadora. Nessa época, um velho conservador escrevia a outro dos que se haviam

perturbado com a notícia : "Não se alarme. Acalme os temores. Li o Aristóteles todo, três vêzes, e em parte alguma êle se refere a manchas no sol. Pode ficar tranqüilo; tal coisa não existe". Eis aí um claro apêlo à autoridade exterior. Galileu, no entanto, aplara para a autoridade interior, única oportuna : "Olhe e veja por si mesmo. Não aceite minhas palavras. Verifique por si mesmo".

Pensar livremente

Penso que deveria ser reconhecida também no Seminário, com mais ênfase, a faculdade de pensar livremente, como corolário da supra-referida atitude realista.

Sim, porque pensar livremente não é chafurdar no disparate, nem flutuar ao sabor de influências contraditórias, afirmando ou negando inconseqüentemente. Consiste, sobretudo, numa atitude de independência em face dos problemas, na aptidão para escolher uma dentre duas ou mais opiniões divergentes, ou de recusá-las tôdas, ficando com a própria.

No exercício dessa faculdade encontramos não pequenos obstáculos : por apatia mental, aceitamos, sem maior indagação, as concepções dominantes; por sentimentalismo, apegamo-nos a tradições obsoletas; por vaidade, cultivamos preconceitos que deveríamos expurgar de nossos hábitos mentais; por respeito à autoridade e ao saber de quem defendeu um ponto de vista, inclinamo-nos a aceitá-lo; por medo do imponderável e do imprevisível, e até de punições extraterrenas, evitamos chegar às últimas conseqüências em nossas apreciações críticas.

Por êsses e outros motivos, costumamos renunciar a nossa liberdade, esquecendo-nos de que a tranqüilidade quase vegetativa assim alcançada nos deixa à mercê de abusões e mistificações de toda espécie.

Improvisação

Outro grande ponto negativo da formação em Ipuarana seria, assim, certa facilidade de *improvisação*, caracterizada sobretudo, mas não só, na falta de planificação no campo docente.

Desconheço a existência, entre os franciscanos, de um código de ensino, por exemplo de um *Ratio Studiorum* ou Plano de Estudos da Companhia de Jesus, que desempenhou no desenvolvimento da educação moderna um papel cuja importância não é permitido desconhecer. Os franciscanos, é verdade, têm missão diferente da dos jesuítas, mas no que tange ao seu ensino, à preparação em causa própria, não lhes é dado menosprezar um plano.

E não é provável, por exemplo, que um missionário, um experimentado vigário do interior, ou um recém-formado teólogo, por maior que seja a cultura ou a piedade de cada um dêstes, ou, ainda que tenha profundos conhecimentos de uma matéria, seja um eficaz professor, verdadeiramente preparado para a missão pedagógica. E daí o *emergentismo*.

A vocação do educador manifesta-se, segundo Kerschensteiner, citado por Ruy Bello, preliminarmente, por uma duradoura preocupação com os valores espirituais e uma viva simpatia pelas necessidades corporais e anímicas dos nossos semelhantes, do que nasce o impulso de ir em sua ajuda. A esta disposição inicial deve corresponder na alma do verdadeiro educador uma grande capacidade de penetrar a alma do jovem e uma viva fé no divino dos princípios fundamentais da consciência.

Essa capacidade de compreensão do educando se traduz numa aguda sensibilidade para todos os aspectos da vida, unida a certo tato pedagógico, que leva o educador a encontrar nas reações do jovem os meios adequados para influir sobre os fenômenos de sua vida psíquica.

No que se refere à sua vida intelectual, nota Kerschensteiner, o trabalho do educador está em maior consonância com o do poeta e do historiador do que com o do matemático e o naturalista, o que quer dizer que exige maior capacidade de intuição do que de pura observação e raciocínio. Essa atividade intelectual característica do educador deve ser menos analítica do que sintética, visando de preferência não os traços isolados da psicologia do aluno, mas a sua personalidade inteira, que muitas vezes se manifesta de forma quase insensível e cuja compreensão supõe uma objetividade peculiar.

Modos de ensino: científico e artístico

Outro elemento básico da vocação do educador é, para Kerschensteiner, um certo espírito infantil, uma espécie peculiar de juventude mental em que se radicam as suas simpatias naturais e a sua capacidade de compreensão. Essa atitude mental é consequência da "simpatia que sente a pulsação da vida nas grandes como nas pequenas coisas e da compreensão que tudo ordena num grande e harmonioso conjunto".

Ao mestre não basta, por exemplo, refere Leonel Franca, ensinar os clássicos para dar uma formação humanista. Não é a presença do latim, com maior ou menor número de aulas, que lhe dá jus a essa denominação. Há vários modos de ensinar uma língua clássica. Poderíamos discriminá-los chamando-os de modo científico e de modo artístico.

O primeiro predomina no ensino universitário, o segundo deve caracterizar o curso humanista de formação secundária. A ciência é analítica; examina um texto, dissecá-lo as palavras, investiga-lhe a etimologia. A arte é sintética, orgânica e vital; na presença de uma obra-prima de expressão não começa por estendê-la numa mesa anatomicamente para esquadrihá-la as entranhas, cadaverizando-a; mas extasia-se na sua presença, admira-a e, contemplando-a como um todo, recebe, intacta e formativa, toda a irradiação de sua harmonia.

A ciência é, por natureza, teórica; a arte, essencialmente prática. Uma visa conhecer, arquivar fatos, inferir leis. Outra aspira a realizar, produzir, criar beleza. O ensino, de finalidade científica, na sua fase inicial de transmissão, apela muito para a memória; sua fase superior de investigação e pesquisa aguça as faculdades de análise e raciocínio. O ensino

com objetivo artístico interessa o homem todo e mobiliza-lhe tôdas as virtualidades criadoras.

Na concepção por exemplo dos jesuitas, mestres de pedagogia, o curso secundário deve ser essencialmente humanista, pendente mais para a arte do que para a ciência. Sua finalidade não é transformar os adolescentes em pequeninas enciclopédias que depois de alguns anos já precisam ser reeditadas. Todo o esforço do educador deve concentrar-se nesta fase da vida, em desenvolver as capacidades naturais do jovem, em ensinar-lhe a servir-se da imaginação, da inteligência e da razão para todos os misteres da vida. Os conhecimentos positivos de geografia ou de física poderão estar antiquados no cabo de poucos lustros; o raciocínio seguro, o critério na apreciação dos homens, a capacidade de expressão exata, bela e enérgica de uma alma harmoniosamente desenvolvida representam aquisições humanas de valor perene. Até aqui o Padre Leonel França.

Isolacionismo

Já de outro ângulo, talvez, em Ipuarana se tenha incidido em outro erro: o *isolacionismo*. Em muitas rodas — e eu mesmo já ouvi mais de uma vez considerações a respeito — o franciscano é tido como um alienado e que, conforme me referia um educador católico, se aliena conscientemente como uma fuga a uma exigível adaptação às necessidades da Igreja nova. Ipuarana, no seu isolamento geográfico, longe demais de um centro de cultura representativo da região, na sua beleza arquitetônica a cavaleiro de verde colina, parece refletir um espírito: o espírito de autoproteção autodefesa e, mais que isto, de separação dos valores do espírito e dos valores do mundo. Quantas vêzes ouvi aqui a expressão *lá fora no mundo*, como se Ipuarana estivesse desligada da realidade e não devêssemos nós viver no mundo e com o mundo.

Sei perfeitamente que é no silêncio que ouvimos a voz das coisas, como ouvimos as vozes profundas do nosso próprio eu e chegamos a ouvir a voz de Deus.

Ouvimos a voz das coisas e dos animais, ouvimos o sentido que têm as árvores e os rios, o mar e os passarinhos. O silêncio apura em nós a acuidade dos sentidos e da inteligência. Enquanto o rumor pode ser um estímulo à vontade e à ação, só o silêncio abre os nossos poros sensíveis e a nossa razão e nos torna passíveis, portanto, de penetrar o segredo das coisas, pois as coisas guardam consigo o segredo de suas origens e a marca invisível que nelas deixamos em nossa passagem. Guardam consigo, na sua imobilidade ou na sua irracionalidade instintiva, muito da Fonte de que provêm. Deus fala pelas coisas quando nos cercamos de silêncio.

Quanto mais temos de viver num mundo de ruídos, mais precisamos fazer o silêncio dentro de nós. Não apenas aquêle que nos esvazia, mas ainda aquêle que nos enche, que nos renova, que nos eleva e propicia a descoberta de nós mesmos, do amor do próximo, do diálogo com Deus.

E até aqui é fecundo o isolamento destas verdes colinas e destes claustros. Mas isolamento não quer significar isolacionismo, porque cada um

tem o dever de sentir o mundo, de certa maneira de experimentá-lo, seja ele seminarista ou seja padre, para aprender a sentir-se no mundo e com o mundo. O seminário deve também procurar alargar os espíritos com a visão do mundo, e não apenas com a visão do ideal, abrir janelas para a terra, estabelecer contatos com o mundo exterior e com a cultura leiga.

A capacidade de integrar-se — que se funda no espírito —, superior à de se acomodar, é que possibilita ao homem a própria rebeldia, como a obediência autêntica, que é adesão, e não passividade.

E, na medida em que cria, recria e decide, vão se conformando as épocas históricas. E é também criando, recriando e decidindo que o homem participa dessas épocas. E o faz melhor toda vez que, integrando-se no espírito delas, se apropria de seus temas fundamentais, reconhece suas tarefas concretas.

Saliente-se, desde já, a necessidade permanente de uma atitude crítica, somente como poderá o homem realizar sua vocação natural de integrar-se, apresentando temas e tarefas de sua época. Esta, por outro lado, se realiza à proporção que seus temas são captados e suas tarefas são resolvidas. E se supera na medida em que temas e tarefas já não correspondem a novos anseios.

Vocacionismo

E agora um ponto que me parece central e que — mesmo na opinião de colegas aqui presentes — talvez seja a grande falha de Ipuarana. A esta tendência chamarei de *vocacionismo*.

Há um livrinho sob certo aspecto interessante para recém-formados em Direito: *Formei-me em Direito! E agora?* É que uma quantidade enorme de jovens bacharéis, logo após os cinco anos de sono nas bancas da Faculdade, deparam com uma realidade a enfrentar, e para a qual estão despreparados. Nós, ex-seminaristas, também, quando deixamos o Seminário deparamos com o mundo, ficamos perplexos e fazemos a pergunta do poeta: “E agora, José?” É que aprendêramos sobretudo a *ser padre*, a *querer ser padre*. Em determinado e angustiante momento não mais queremos ser padres.

Assim deparamos com novo e desconhecido ambiente social, onde temos as mais contraditórias filosofias de vida. Em primeiro lugar, há a religião do amor e da fraternidade universal, primordialmente inspirada pela tradição cristã, como estalão de medida para nossas atividades. Depois, vem a filosofia do iluminismo e do liberalismo, com o destaque dado à liberdade e à personalidade, e a valorização dada à riqueza, segurança, contentamento, tolerância e filantropia como meios de alcançá-las. A seguir, o desafio dos socialistas, que classificam a igualdade, justiça social, segurança básica e uma ordem social planificada com as metas capitais da nossa era.

Não estão os homens apenas divididos uns contra os outros na apreciação das grandes questões, tais como os princípios da vida justa e os

da melhor organização social, nem mesmo estão acordes quanto aos padrões corretos do comportamento e da conduta humanas.

Formação especial

Por outro lado, aquêles que fizeram de cada seminarista um pequeno padre, antes de fazê-lo um pequeno homem, quantas decepções terão sofrido! Ora, a educação leiga se apega modernamente em demasia à investigação metodológico-sociológica, carecendo de encimar a estrutura pedagógica com um ideal que a sublime. Esmera-se na construção de um pedestal estreitamente vinculado à terra, mas não a encima com a estátua que justifica o pedestal.

O educador no seminário tem cometido o pecado inverso. Esmerou-se em construir no seminarista um ideal e descurou as raízes humanas que o sustentam. Desconheceu que a estátua supõe o pedestal como a graça supõe a natureza. E assim, formou-se em muito jovem uma alma idealista, e quando o jovem de vocação a mais promissora se revelou decepcionantemente humano, não tomou êle, educador, consciência de que a bela estátua ruiu, porque era frágil a base humana, frágil demais para o peso do espírito.

Sem tocar na preparação espiritual necessária ao sacerdote, somos de opinião que o sacerdote, mesmo do ponto de vista humano, requererá uma formação especial. O erro tem-me parecido, entretanto, dar uma saliência tal à formação do *padre*, que se esquece de formar o homem. Não tentio determinar o que seja vocação sacerdotal e religiosa — problema eminentemente teológico — mas a formação do padre é também obra humana, tanto assim que se pode falar de um clero bem formado e de um clero mal formado. E quando se fala aqui em formação entende-se como tal a preparação humanística para o meio ambiente em que se ache o padre vinculado.

O seminário não deve ser uma fábrica de padres, mas uma escola de homens que poderão ser padres, homens que foram chamados e poderão ser escolhidos. Como a escolha é em *ultima ratio* uma escolha divina, cabe ao seminário formar integralmente o homem para que possa responder plenamente ao chamamento e à escolha. Mas ainda, considerando que a grande maioria dos seminaristas não é de *escolhidos*, a preparação do *homem* deve ser considerada, e não apenas a específica orientação do *padre*. Eis por que deve haver em Ipuarana (discuta-se como e até que ponto) uma visão efetivamente global do problema da formação.

Os diversos planos da educação

A educação, segundo a consideração realmente total do problema que nos dá Amoroso Lima, e de acôrdo com os variados elementos que a constituem, desenvolve-se por quatro planos de jerarquia crescente: 1) o da técnica; 2) o da ação; 3) o da ciência; 4) o da sabedoria.

No plano da técnica prepara-se o homem para dominar a natureza exterior. Essa finalidade, nesse plano inicial, é a medida de todo o processo educativo. É a arte de ensinar aos homens a dignidade da fabricação, de acôrdo com um elemento tão essencial de sua natureza, que Bergson chamou ao representante de nossa espécie de *homo faber*.

No plano da ação, passa a primazia do fazer ao agir. Já não é a técnica que importa, mas a atividade imanente do homem. Educa-se o conhecimento, não mais para alterar fisicamente a natureza e sim para mover a vontade. Ensina-se aí o homem a integrar-se na sociedade, a guiar o seu destino, a vencer os seus instintos, a preparar-se para exercer uma função na vida, um papel no seu meio. Aqui, tudo visa a prática da vida; a escola prepara para a vida.

No terceiro plano, o que domina já não é mais a atividade prática e sim a doutrinária. Não se comunica aí o conhecimento para a ação e sim pelo próprio conhecimento. A escola, nesse plano, é um instrumento não mais de trabalho produtivo ou de ação moral e sim de saber. Aí se comunicam as noções das ciências, os resultados adquiridos pelas gerações no estudo de todos os setores da natureza, não só física, mas também matemática e metafísica, segundo os três graus aristotélicos de abstração.

A última, a mais alta de tôdas, a que representa a medida dos demais, pois tudo afinal a ela se reduz, é a tarefa que se passa no plano da sabedoria.

Nesse plano supremo, a ciência se faz amor. A Sabedoria é a inserção do divino no humano e a ascensão do homem a Deus em modalidades diferentes, segundo os três grandes tipos de sabedoria: a hindu, a grega e a cristã, plenitude das anteriores. Todo o trabalho de análise das ciências experimentais, das ciências normativas e especulativas, tudo se resolve na unidade suprema de uma atitude religiosa de respeito perante a última fonte e o destino final de tôdas as coisas. E aí se coloca também a personalidade humana em sua plenitude e em sua unidade, e não mais dividida em seus aspectos parciais, de operação, de ação e de saber. A educação termina aí sua função de espiritualizadora do homem e da sociedade. Do *homo faber* ao *homo sapiens* se desenvolve a função educativa.

Como íriza Amoroso Lima, tôda formação integral tem de dar ao homem a consciência de suas três dimensões: no sentido de si próprio, no sentido do próximo e no sentido de Deus. E não como realidades estanques, estáticas, mas como algo relacionado e experimental.

Conclusão

Se o esboço que vos apresentei enfatizando quantos pontos principais me pareceram defeituosos na formação em Ipuarana — carência de realismo experimental, improvisação, isolacionismo e vocacionismo — parece procedente ou improcedente, em qualquer caso, que a nossa experiência conjunta seja proveitosa. Aliás, dos muitos pontos positivos que temos de reconhecer na formação ipuarauense, incluir-se-á forçosamente

a abertura de mentalidade que significa este congresso. Congresso no qual está se reconhecendo o papel importante da nossa experiência de ex-seminarista, na procura de uma melhor adaptação de Ipuarana à realidade.

Sim, porque há efetivamente três tipos de experiência :

O primeiro tipo é o das experiências que nós apenas temos. Não só não chegamos a conhecer seu objeto, como, às vezes, nem sequer sabemos que as temos.

O segundo tipo se constitui das experiências que, sendo refletidas, chegam ao conhecimento, à apresentação consciente. Por elas, a natureza ascende a um novo nível, a que a leva o aparecimento da inteligência : ganha processos de análise, de indagação de sua própria realidade.

O terceiro tipo de experiência é o desses vagos anseios do homem por qualquer coisa que ele mesmo, se não sabe o que seja, pressente. Objetivamente, essas intimações da realidade ao seu espírito parecem provir da existência de alguma coisa que aflora, mas está para além de sua experiência sensível.

Quanto mais experimentado é o homem ou o grupo, mais aguda se lhe torna a consciência de suas falhas e das contradições e dificuldades de uma completa inteligência do universo. É isso que dá ao homem — e é isto que vem em última análise a significar este congresso — a divina inquietação, que o faz permanentemente insatisfeito e permanentemente empenhado na constante revisão de sua obra.

Até aqui este depoimento — tentativa modesta de recomposição de uma experiência — escrito em poucas horas, em vista do tempo exíguo e de afazeres pessoais inadiáveis. Se pobres de conteúdo, estas palavras têm a virtude de serem proferidas com a humildade de quem procura servir; com a fé nos destinos desta casa (que continua nossa) e desta província (à qual nos ligamos afeiçoadamente); com o coração ainda hoje agradecido a tantos padres — muitos dos quais aqui presentes — exemplos de mestres sábiamente integrados num mundo onde é tanta a ciência e tão pouca a sabedoria.

Palavras estas proferidas, além do mais, com a certeza de que São Francisco — presente em cada um de nós, invios que tenham sido os nossos caminhos — São Francisco continua a ser, num mundo de desespero, o eterno mercador de esperanças.

MAIS RELIGIOSOS PARA O BRASIL.

Chegaram ao Brasil 16 dos 80 religiosos em cumprimento ao acôrdo entre o Governo brasileiro, a Conferência dos Religiosos do Brasil e o Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias, a fim de realizar serviços de enfermagem, alfabetização e assistência social.

De ICIA, janeiro 1965

Solteiros ou Casados Nas Missas Dominicais?

FREI ANTÔNIO ROLIM, O.P.

Cresce o interêsse pelos dados estatísticos que afetam a realidade em qualquer campo que se pretenda investigar. E com razão. Também na esfera da prática religiosa se torna cada vez mais imperioso um conhecimento objetivo e atualizado, com vistas a uma tomada de posição da pastoral, frente às novas situações que aqui e ali, na cidade e no campo, a sociedade oferece.

A Revista da CRB -- que em novembro e dezembro do ano passado publicou a propósito curioso trabalho da autoria do Padre Godofredo J. Deelen, S.S.CC., Sociólogo do CERIS -- insere neste número o presente artigo do conhecido dominicano Frei Antônio Rolim. É um depoimento baseado em pesquisas feitas em diversas cidades do Estado do Piauí, tendo por objetivo chamar a atenção para as relações entre prática dominical e casal praticante.

A REDAÇÃO

NO INTERIOR do Piauí que hoje vai sendo conhecido pela construção da barragem de Boa Esperança, no Piauí tão lembrado na linda modinha do *meu boi morreu*, foi lá no sertão piauiense que, certa manhã, deparamos uma roda de padres conversando a respeito da freqüência às missas dominicais. Um padre jovem afirmou categórico: "isso lá de muita gente nas missas não significa grande coisa. O que vale é a convicção. Vejam vocês: a gente olha pr'as igrejas e só vê muita mulher e gente idosa". E indagou: "as missas, por exemplo, têm mais solteiros ou mais ca-

sados ?” A interrogação ficou ecoando solta na sala : mais solteiros ou mais casados ? Alguém deu uma gargalhada : “isso daí você leu em algum lugar e quer bancar o professor”. Foi neste instante que uma voz falou, grave e pausada, voz de pouco mais de cinquenta anos : “nem mais casados ou mais solteiros ; eu prefiro é ter nas missas mais casais”. Eis o que disse um certo vigário, que naquele momento enutia um alvitre certo.

Tomemos como ponto de partida o julgamento dêsse vigário a quem a experiência enriquecera como a tantos outros. E vejamos se alguma pesquisa de prática dominical lhe confirma o parecer. Troquemos então o título do presente artigo. Ao invés de solteiros ou casados nas missas, assim lhe fica melhor :

Nem mais solteiros ou mais casados, e sim casais

Casais praticantes, isto é, no caso presente, os que vão às missas de domingo, era o que desejava aquêle vigário de uma paróquia da diocese de Oeiras. Como êle, outros almejavam a mesma coisa.

Se assim é, o estudo da prática dominical relacionada com aquelas categorias, já clãssicamente sabidas, do estado civil — solteiros, casados e viúvos — deve encontrar alguma resposta para aquela voz proferida, sem hesitação, pela experiência paroquial. Nesta muitos esforços foram gastos. Não terão afinal qualquer coisa a ser aproveitada ? Eu vejo assim que um dos preciosos auxílios a serem prestados pelos estudiosos da prática dominical no Brasil será mostrar que há na experiência pastoral intuições profundas de uma realidade religiosa a ser alcançada, a ser implantada. Há elementos básicos, pontos de partida, na vida paroquial. Então, por que não tomá-los, examiná-los e mostrar que se ligam a outros não menos importantes que, embora não de todo lembrados, nem por isso de todo esquecidos ?

Daí vem por que preferimos, neste pequeno estudo, partir do que já existe no chão da paróquia, coisa sentida, ferindo a sensibilidade dos vigários, aperfeiçoando-lhes o bom senso. Ora, o que existe, entre outras coisas, numa grande parte das paróquias, o que o trabalho cotidiano de muitos vigários nos revela, é que a paróquia aspira a ter casais praticantes. Aos vigários, decerto, não os preocupa tanto saber quantos solteiros ou casados vão à missa, como perceber que há casais praticantes e esforçar-se para que êles aumentem. Por que não aproveitar êste dinamismo experimental ainda não sistematizado, para o estudo da realidade religiosa, a fim de que esta, analisada e medida pelo instrumental apropriado, possa ir ao encontro do que ela mesma já fêz germinar na mente do responsável da paróquia ? Evitar-se-ia dessa forma a dissociação entre o que alcança um estudo tècnicamente elaborado e o que esta mesma realidade inspirou, anteriormente, à reflexão do padre.

Se a pastoral no Brasil pretende ser homogênea, é legítimo pensar que o homem de ação pastoral e quem a estuda se encontrem naquilo que brota em ambos, por processos diferentes, de uma mesma semente fértil

— a realidade religiosa. Dêsse modo, o que os unirá a ambos, homem de pastoreio e homem de estudo, é a mesma terra em que um põe seus pés, e o outro os olhos; são os mesmos homens que um conhece, muitas vezes, pelo nome, e o outro vai classificar nesta ou naquela categoria; são os mesmos atos religiosos que aquêle preside, vive ou deve viver, rodeado de seus paroquianos, e êste vai medir com os olhos, com fichas ou algarismos. A realidade religiosa que passa pelas mãos de ambos é uma só. E por que não partir do que ela já ensinou?

Nasceu desta ordem de idéias a perspectiva em que nos colocamos aqui. Pretende-se examinar o que os vigários nos entregam pela mão da experiência, pela reflexão calcada no seu dia-a-dia. Não se preocupam êles com sistematizações e com categorias. Não foram formados para isto. Antes, cuidam mais de sentir o dinamismo da existência. Conhecem fatos. E por vezes os sentem com muita agudeza e realismo. Assim não lhes passa pela cabeça contar solteiros ou casados nas missas, mas sentir a importância do casal praticante.

Aí está o nosso ponto de partida; o depoimento de muitos vigários, tirado de sua vida de pastoreio. Se o examinarmos à luz de alguma pesquisa de prática dominical, poderemos — quem sabe? — ressaltar o que assinalaram e colocar mais em relêvo aquela asserção de um vigário lá do interior do Piauí: nem mais solteiros ou mais casados nas missas, mas casais.

Quando o casal é praticante

Quando o casal é praticante, embora marido e mulher não se encontrem nas mesmas missas, o que ocorre? Que coisa o marca e o distingue? Responder a isto, só com uma pesquisa. Pois vejamos os resultados de uma sondagem efetuada na cidade de Picos, diocese de Oeiras, Estado do Piauí. A mesma sondagem foi levada a cabo em duas outras cidades: Floriano e Oeiras. Fiquemos, por ora, com os resultados da sondagem de Picos.

Antes, porém, alguns esclarecimentos se fazem necessários. Em primeiro lugar, entende-se aqui por praticante quem vai habitualmente à missa dominical. Já se vê que falaremos de praticantes de cidades, onde ir semanalmente às missas de domingo é coisa viável. Em segundo lugar, solteiros, casados e viúvos são contados nas missas dominicais, a partir dos 15 anos de idade. Além de ser um critério normalmente adotado pelo censo demográfico do Brasil, a faixa de 15 anos e mais nos possibilita comparar solteiros, casados e viúvos, pois abaixo de 15 anos só há mesmo solteiros. Outra elucidação, quase que desnecessária, é a que diz respeito a casal praticante. Por esta expressão não se entende o casal que vai à missa, marido e mulher juntos, mas, simplesmente, o casal que assiste a suas missas de domingo, embora marido e mulher compareçam a missas em horários diferentes. O que se tem em vista é que assistam às missas de domingo. Dêstes esclarecimentos passemos, sem demora, à sondagem em aprêço.

Do centro urbano de Picos, onde moram pouco mais de 10 000 pessoas, a sondagem cobriu 20% das residências de famílias, ou seja cerca de 325 casas de família. Destas retiramos 177, com casal morando na cidade e com filhos de 7 anos e mais, pois 7 anos é o limite prescrito para a obrigação à missa dominical. Queríamos saber a influência da prática dominical nos filhos. Examinamos a influência do casal praticante, a da mãe praticante sòzinha, a do pai praticante também sòzinho. Ainda mais, averiguamos a influência do casal não praticante.

Corramos os olhos nos resultados.

PRÁTICA DOMINICAL DO CASAL E DOS FILHIOS NA CIDADE DE PICOS

<i>Situação de prática</i>	<i>Todos praticam</i>	<i>Metade pratica</i>	<i>Menos da metade pratica</i>	<i>Ninguém pratica</i>	<i>TOTAL</i>
Casal praticante	89,9	5,1	1,6	3,4	100,0 (50)
Do casal, só a mulher é praticante .	60,5	21,1	10,5	7,9	100,0 (38)
Do casal, o homem só é praticante .	47,0	5,9	11,8	35,3	100,0 (17)
Casal não praticante .	22,2	3,2	4,8	69,8	100,0 (63)

Destaca-se, como se vê, a posição do casal praticante : em 89,9% dos casos todos praticam. Não estaríamos diante de um contrôle, exercido pelo casal e cuja consequência seria a ligação com a Igreja ? Abre-se aqui interessante perspectiva para um estudo sôbre a religiosidade das famílias, pois a prática do casal acarreta, na grande maioria dos casos, a prática dos filhos. Quanto ao tipo de influência do casal nos seus filhos é assunto de outro estudo para o qual o antropólogo, o psicólogo social, o sociólogo e também o historiador serão chamados a dar sua contribuição. Contentemo-nos por ora com apontar o fato e abrir uma perspectiva.

Do estudo de indivíduos praticantes, a prática dominical alcança, até certo ponto, o degrau do estudo do grupo da família, quando êle descobre o casal praticante, pois através dêste ela penetra na prática religiosa familiar. Com isto se indica para as paróquias um caminho, por onde elas já andam, mas que necessita ser mais bem examinado e analisado : a família que pratica.

Continuemos a refletir sobre os dados acima apontados. É interessante notar que os casos em que, na família, ninguém pratica a não ser o próprio casal, constituem um magro percentual : 3,4%. No meio de 59 casais praticantes estavam apenas dois casos em que os filhos não praticam. Nestas duas situações, os filhos eram adultos, na sua grande totalidade homens, nos quais influências outras que a do casal praticante eram suficientemente resistentes para se oporem ao controle da prática do casal.

A contrapartida do casal praticante desenvolve-se, em terreno oposto, pelo casal não praticante. Sua influência negativa na prática familiar emerge daqueles elevados percentuais — 69,8%. Praticamente 70%. Há, dessa maneira, um jogo contrário, neutralizando na cidade ou na paróquia a ação positiva do casal praticante. Este se mostra como um centro polarizador de frequência às missas dominicais, e aquele, o casal não praticante, como um foco germinador de ausentes da missa dominical. Sem desconhecer a possibilidade de outros pólos concentrados de não missalizes, um deles aparece inegavelmente no casal não praticante.

A prática dominical começa assim a descobrir, na paróquia, um estado de tensão, formado de forças antagônicas, que ao lado de outros fatores ataca o organismo paroquial. Quando se considera que em mais de 177 famílias visitadas (isto é, famílias com filhos de 7 anos e mais e com casal morando na cidade) o índice de casais não praticantes chega a 35,6%, e o de casais praticantes a 33,2%, poder-se-ia pensar que a ação destes é menos reduzida que a daqueles. Entretanto, não é tão simples assim. Sobre as 177 famílias, os casais não praticantes e com nenhum filho praticante são apenas 44, ao passo que os casais praticantes com todos os filhos nas missas de domingo somam 53. Partindo-se da hipótese de que a ausência nas missas seria uma inexistência de controle, temos então que em 24,8% este controle não existe para os casais não praticantes, ao passo que ele aparece em 30% nos casais praticantes. Percebe-se que mesmo que sejam percentualmente superiores os casais não praticantes, sua influência não anda tão solta nem é tão extensa.

Isto, porque outros fatores podem atenuar a influência do casal não-praticante. Se voltarmos a ver o quadro acima apresentado, facilmente se percebe um certo número de casos, em que todos praticam, posto que o casal não o faça : 22,2%. Na quase totalidade destes casos, a maioria dos filhos são crianças e jovens, frequentando escola quase todos, e algumas mulheres solteiras. Tocamos aqui num aspecto interessante — a escola — sobretudo a escola primária. Observamos em Picos que das crianças de 7 a 12 anos alfabetizadas e frequentando escola, 85% vão à missa todos os domingos. As que tendo alguma alfabetização não frequentam mais a escola, delas apenas 35% comparecem às missas dominicais. Assim a frequência à escola, sobretudo à escola primária, é, em Picos, um elemento positivo na gênese da prática dominical. Lá as catequistas são professoras, e podemos dizer que esta é a regra no Brasil. Professora catequista e professora que não perde sua missa dominical é

a situação em Picos, onde também o vigário não deixa de visitar as escolas.

Assim, a escola, pelo ensino religioso, pela preparação para a primeira comunhão, pela presença da professora catequista e praticante, pela presença continuada do vigário, torna-se um centro de influência na prática religiosa. Contrabalança, de um lado, a atuação negativa do casal não-praticante, que por sua vez de modo algum se opõe a que os filhos vão à missa, pelo contrário é a mãe quem manda ir, e, do outro, reforça a ação positiva do casal praticante.

Ocorre aqui uma idéia interessante. Há um prolongamento da linha feminina na prática dominical. De um lado, as missas dominicais nos oferecem um panorama coloridamente feminino, e, do outro, é ainda na função da catequista que vamos encontrar a mulher. Catequista, a mulher colabora na gênese da prática dominical, presente às missas do domingo, ela o é mais que os homens. Não estaria ela dando um colorido especificamente feminino à prática dominical ?

Esta interrogação nos joga de novo na leitura dos números que compõem o quadro apresentado atrás. Lendo-o, podemos ver que, depois da influência do casal praticante, é a mulher casada que a possui com maior expressividade, pois dos casos de casais em que só a mulher aparece como praticante, em 60,5% destas situações, todos os filhos são praticantes. A influência feminina que havíamos salientado recebe agora maior realce. Tudo indica, sem dúvida, delinear-se uma linha de atuação nitidamente feminina na prática dominical. Transparece a presença intensiva da mulher nas missas dominicais, penetra nas salas de aulas, pela função da catequista, e vai consolidar-se nos cuidados da mãe praticante. O sociólogo ou psicólogo que perscrutar os segredos do mundo social e religioso feminino poderá bem nos dizer o que de tradicional, de sentimental, de exteriorizações, de devocional e de credices enfeita o nosso catolicismo. De certo, aceito que uma grande margem do nosso catolicismo é de tradição; pela mão da mulher é que tal se fez e se vai fazendo em nossos dias. Aqui não se falou, e de maneira rápida, senão da relação da mulher casada e da mulher catequista com a prática dominical. Mas que dizer ainda das avós, das tias, das irmãs mais idosas, atuando também na gênese da prática dominical tanto das crinaças como dos jovens em seus primeiros anos ? Se isto não se encontra tanto nas grandes cidades, ainda perdura no interior, nas médias e pequenas cidades. Quando um dia se fizer cuidadosamente o estudo das relações da mulher brasileira com a religiosidade, em todos os seus aspectos, nos será possível ver com precisão o papel que ela desempenhou e desempenha em nossa vida religiosa e compreender melhor o que somos.

Depois da influência da mulher praticante aparece, e mais reduzida, a do homem : 47%. Mas em oposição, cresce o percentual dos casos em que ninguém pratica : 35,3%. A influência do homem na prática dominical é mais frouxa, menos extensiva que o da mulher. Quando, porém, se considera o papel que o pai é chamado a desempenhar na família, so-

bretudo perante os filhos masculinos, pode-se perceber que aqueles 47% representam bastante, pois aí aparece a atuação da linha masculina na prática dominical.

Casos colocados pela prática dominical

O exame da prática dominical do casal, além de ser uma resposta àquela interessante advertência do vigário piauiense, estimula nossa curiosidade. Partindo do quanto se disse até agora, é possível colocarmos algumas situações ou casos. Digamos, não caso-utidade, mas casos-tipos, situações concretas que possam ser olhadas como padrão e que por isso mesmo tenham força para obrigar a pensar. Com os dados de algumas pesquisas de prática dominical, vejamos o que pode ocorrer.

O primeiro dos casos indica uma paróquia onde, nas missas de domingo, surgem os solteiros mais numerosos do que os casados. Mas, por incrível que pareça, pode ocorrer uma presença significativa de casais. Eis um caso que não é fictício. Quem leu o artigo sobre o recenseamento da prática dominical da cidade de Irati, na diocese de Ponta Grossa, publicado nesta revista, n.º 126, dez. 1965 p. 722, lá o encontrará.

O segundo caso insere-se no extremo do primeiro: mais casados do que solteiros. No entanto é possível surpreender uma presença de casais menos significativa do que o número de casados. Eis a antítese do caso precedente. O recenseamento da prática dominical feito em Pio IX, diocese de Oeiras, no Estado do Piauí, o ilustrará.

Casos intermediários existem, inegavelmente. Mas preferimos colocar as duas situações, porque opostas, e assim nos ajudam melhor a refletir.

Perguntemos então: em face destes dois casos, por qual deles vai a paróquia optar? Dos dois, qual vai a paróquia escolher como objetivo a atingir? Para onde caminhará ela? Para missas com mais casados, mas com uma presença pouco expressiva de casais, ou para missas com menos casados mas nas quais se descobre uma presença significativa de casais?

Exame dos casos apontados

1. Irati

Para o primeiro caso, tomem-se os dados do recenseamento da prática dominical de Irati, publicados nesta mesma revista (n.º citado acima) em artigo da autoria do Padre Godofredo J. Deelen, sociólogo do CERIS. Cheio de dados, o artigo do Padre Godofredo pode servir para ilustração do primeiro caso. Nas missas da cidade de Irati, computaram-se 64,3% de solteiros e 31,7% de casados. Dentro do critério que o autor usa para a contagem de solteiros "a categoria de 7 a 24 anos", e de casados "como a parte da população de 24 anos e mais", o número de solteiros é muito expressivo. Repartidos solteiros e casados da maneira como o foram,

aquêles chegam a ser mais que o dôbro dêstes, o que aliás faz o autor do artigo dizer : "é notável o número de solteiros — 64,3%".

Entretanto, se lançarmos os olhos para os homens e mulheres casados, cada grupo de cada lado, poderemos observar que há uma bela proporção entre mulheres casadas e homens casados. Êstes somaram 538. enquanto as mulheres casadas, 581. Isto significa que se tem, nas missas de Irati, uma proporção de 1,1 de mulheres casadas para um homem casado. Tal equilíbrio não é comum. Por outro lado, partindo do fato, comumente sentido por nós, que, via de regra, sempre que o homem casado vai às missas dominicais, sua companheira faz o mesmo, embora em missas de horários diferentes, podemos perfeitamente afirmar que há nas missas de Irati um notável equilíbrio entre mulheres casadas e homens casados. Não estaríamos diante de uma presença significativa de casais nas missas? A observação do Padre Godofredo, a qual deve ter nascido do estudo da localidade, confirma o nosso ponto de vista : "em tais casos, diz êle, quase sempre que a mulher é praticante o homem também o é". Neste caso, embora os solteiros sejam mais numéricamente expressivos do que os casados, a presença de casais vem dar uma conotação particular e bem positiva às missas de Irati.

2. Jaicós e Pio IX

Tomemos agora outro caso, tirado de um estudo em elaboração na diocese de Oeiras. Nesta diocese, o recenseamento da prática dominical cobriu 8 cidades. Destas vamos colhêr os dados de duas apenas, situadas na mesma área, que são os limites com o Ceará. São as cidades de Pio IX e de Jaicós. Jaicós vem para o primeiro caso, e Pio IX para o segundo dos casos acima colocados. Ambas as cidades têm sua população abaixo de 5 000 habitantes e se implantam numa área agropecuária. Nem grande comércio, nem indústria.

A pequena cidade de Jaicós, com cêrca de 1 470 habitantes, acusou como um dos resultados do censo das missas dominicais um total de 497 fiéis, de 15 anos e mais, critério por nós adotado e explicado no começo d'êste artigo, para a contagem de solteiros e casados. Vejamos comparativamente a situação da missa e a da cidade :

PRIMEIRO DISCO VOCACIONAL

CRB Gravações começou a funcionar !

Pronto o disco *O AMOR TEM DESSAS COISAS...* gravado pelo Departamento de Vocações, LP, 12 polegadas. De um lado, quatro músicas; do outro, uma pequena novela vocacional.

Preço especial : Cr\$ 2 000 (não incluindo embalagem e frete)
Será enviado também às seções regionais da CRB, junto às
quais V. poderá adquiri-lo.

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE SOLTEIROS E CASADOS NAS MISSAS E NA CIDADE DE JAICÓS

	<i>Na cidade</i>	<i>Nas missas</i>
Solteiros	46,0	54,5 %
Casados	48,0	39,1 %
Viúvos	6,0	6,4 %
TOTAL	100,0	100,0 %

Fonte: Recenseamento da missa dominical, 1965. Censo Demográfico do Estado do Piauí, 1960. Dados coletados diretamente dos boletins censitários, relativos à cidade.

Então, há mais solteiros do que casados nos missalizantes, o que discorda da situação da cidade.

Verifiquemos agora a proporção entre homens casados e mulheres também casadas, e eis o que encontramos: 68 homens casados para 126 mulheres casadas. Feita a proporção entre estas e aqueles, temos-a em 1,8 de mulheres casadas para um homem casado nas missas, enquanto na cidade a proporção é de um homem casado para uma mulher casada. Isto quer dizer que para 9 mulheres casadas encontramos exatamente 5 homens casados.

Em termos não mais de presença à missa, e sim de índice de praticantes, a taxa de prática da mulher casada é da ordem de 32%, e a do homem casado de 20,5%. Taxa evidentemente aproximativa, uma vez que os dados de comparação se referem a 1960.

Passemos de Jaicós para Pio IX. Aqui invertem-se os termos: mais casados do que solteiros nas missas. Já estamos, pois, no segundo caso proposto páginas atrás. Na cidade de Pio IX há mais casados (52,3%) do que solteiros (38,4%). Embora bem recuada, a missa segue a cidade. Vejamos a situação das missas nas duas cidades, para comparação:

SITUAÇÃO NAS MISSAS

	<i>Pio IX</i>	<i>Jaicós</i>
Solteiros	42,5 %	54,5 %
Casados	50,4 %	39,1 %

OBS.: Não estão incluídos os percentuais de viúvos.

Embora a disparidade não se traduza em oposição, ela chega no entanto a constituir uma grande diferença.

Olhemos o caso de Pio IX. Exprime a segunda das situações colocadas anteriormente : mais casados e menos solteiros nas missas. Repartidos, porém, os sexos no grupo dos casados, eis o que encontramos : 41 homens e 80 mulheres casados. Não fôsse a diferença daquele 1, as mulheres casadas exprimiriam, matematicamente, o dôbro dos homens. Entre os dois sexos, a proporção é de 1,96 de mulheres casadas para 1 homem casado. Isto significa que em Pio IX, para mais de 9 mulheres casadas há apenas 5 homens. Quase chegaríamos a dizer 10 mulheres casadas. Temos então :

Em Jaicós, para 9 mulheres casadas, há nas missas 5 homens casados.

Em Pio IX, para mais de 9 mulheres casadas, há nas missas 5 homens casados.

Podémos perfeitamente dizer que em Pio IX, nas missas dominicais, há uma proporção de 10 mulheres casadas para 5 homens. Ora, tem-se como normal que na presença do homem casado à missa se descobre um sinal bem indicativo de que sua consorte comparece também à missa. Mesmo que seja em horários diferentes. A recíproca no entanto não se estabelece. Se quisermos ajuntar um dado a mais, ei-lo : foi observado, na área de Ociras, que pouco menos de 5% dos homens casados vão às missas, regularmente, sem que sua mulher faça o mesmo. Isto significa que o normal é que, quando o homem é praticante, sua mulher também o é, a não ser que pertençam a religiões diferentes. Nesta hipótese, onde maior fôr o desequilíbrio, nos casados, entre os dois sexos, menos significativa será nas missas a presença de casais. Onde, porém, mais equilibrada aparecer a proporção, entre ambos, tudo indica que mais expressiva deve ser a presença de casais. Assim sendo, Jaicós, com mais solteiros do que casados, coloca-se, quanto a casal presente nas missas, em melhores condições do que Pio IX, com mais casados do que solteiros.

Como não temos, para estas duas cidades, o número exato de casais nas missas, o processo de que nos servimos é válido e permite-nos ver que, embora numa cidade se encontrem os solteiros mais numerosos do que os casados, o que importa é ver e ressaltar na prática dominical a presença do casal. No casal praticante reside um centro germinador de praticantes; no casal não praticante se instala um pólo centralizador de ausentes às missas dominicais.

Daí decorre outra conclusão também interessante. É que a presença mais expressiva da mulher casada praticante, em Pio IX, revela que nesta cidade a linha da influência feminina na prática dominical aparece mais destacada do que em Jaicós. Jaicós, Pio IX e mais o caso da cidade de

Irati mostram-nos que, além de uma diferença entre solteiros e casados, nas missas é mister ressaltar a presença do casal.

*
* *
*

A prática dominical é um caminho que vai dar à porta da residência familiar e aí se muda em convite a penetrarmos casa adentro. Residência e templo, é preciso chegar até lá. Sobretudo no Brasil. Se a monocultura prendeu o homem ao solo, a casa fixou-o ainda mais pelas famílias que se acolheram à sua sombra. A casa-grande prolongava, pela capela, a imagem da matriz. E esta, a seu turno, copiava daquela ora um, ora outro traço. Residência de estilo tipicamente colonial — e quantas destas espalhadas por este Brasil afora! — continuavam a atmosfera de capelas e matrizes, através de oratórios, casas de santos sob o teto de ricos e prestigiados senhores. Mas os grandes centros urbanos, quando estes vieram, varreram das residências os oratórios de outrora, ao mesmo tempo que faziam estremecer e cair por terra muitos dos hábitos religiosos antigos.

Em face de tamanhas transformações, a pastoral paroquial tenta firmar seus pés no chão movediço. E neste esforço transcorre uma inspiração latente, mas real, que impela a ação renovadora da Igreja para o coração da família, como um dos pólos de primeira ordem no organismo paroquial. Tudo isso nos deixa pensando na necessidade de um estudo que aborde as relações entre residências e templos, desde o Brasil patriarcal ou semi-patriarcal até o Brasil de hoje, no tumulto de suas mudanças, assinalando as transformações que gradativamente se foram implantando e que correm velozes, em nossos dias. Transformações que marcam a distância, entre o que éramos e o que estamos sendo. Marcam, mas não cortam todos os laços com o passado. Quando isto se fizer, ter-se-á dado um grande passo no sentido da compreensão do que está-se operando em torno de nós, e do rumo a tomar no conjunto das forças existentes.

Uma grande questão é saber por onde se há de passar para ir aonde chama o aceno da pastoral.

III ENCONTRO NACIONAL DE LITURGIA

Já está em elaboração o temário do próximo Encontro Nacional a ser realizado de 30 de junho a 6 de julho do corrente ano, no Recife. Haverá também na mesma data o II Encontro Nacional de Música Sacra. Será enviada aos Srs. Bispos e respectivos regionais toda a programação do Encontro.

Consultas

DA SUPRESSÃO DE CASA RELIGIOSA

O Conselho Geral de nossa Congregação resolveu suprimir determinada casa, mas o Ordinário do lugar não quer dar o consentimento. Que devemos fazer?

Ressalvamos que o senhor bispo possa alegar boas razões contra a supressão de uma casa religiosa, sobretudo quando esta tem aos seus cuidados uma obra de vital importância para a diocese. Aqui, no entanto, trataremos apenas do aspecto jurídico da questão.

Há congregações que são de direito pontifício e há as que são apenas de direito diocesano; as casas, formadas ou não formadas, ou são independentes, e por isso canonicamente eretas, ou dependentes de outra casa, pelo que são chamadas filiais. Deixando de lado a nomenclatura usada em certas congregações — segundo a qual tôdas as casas de uma província ou de um instituto, devido a sua relação para com a sede da congregação, são denominadas filiais — reservamos êste termo às casas que não foram canonicamente eretas, quer os religiosos vivam nelas de modo contínuo ou só de tempos a tempos. Tais casas não costumam gozar de autonomia jurídica e dependem da casa religiosa mais vizinha, se o Conselho geral ou provincial não tiver determinado coisa diferente. Não indicando a consulta a natureza da casa em questão, deve a nossa resposta considerar ambas as espécies.

Pelo ato de supressão é retirada à casa religiosa canonicamente ereta o caráter de pessoa moral ou, no caso de estabelecimento dependente, a filial é privada da aprovação que legitimou sua existência. Tôdas as constituições de institutos religiosos, seja de direito pontifício ou de direito diocesano, requerem, praticamente, que o superior geral, para qualquer supressão, tenha o consentimento do seu Conselho. Da mesma maneira obrigam o superior provincial a pedir o consentimento do seu Conselho, antes que pleiteie junto ao superior geral a supressão desejada.

Como as congregações de irmãs não costumam ser isentas, no sentido próprio da palavra, aplicam-se-lhes as seguintes normas: uma casa canonicamente ereta, quer formada, quer não formada, pertencente a uma congregação de direito pontifício, pode ser supressa pela superiora geral, obtido o consentimento do Ordinário local. Tal consentimento é provavelmente necessário para a validade da supressão. Caso o Ordinário não consinta, resta apenas o recurso à Santa Sé, que então dará a decisão final.

Se a casa pertence a uma congregação de direito diocesano, a supressão é da alçada do Ordinário do lugar, tendo êste ouvido antes a superiora geral (cân. 498). Levando em consideração a norma do cânon 105, 1.º, esta consulta prévia é provavelmente também requerida para a validade do ato. Não estando a superiora de acôrdo com a intenção do Ordinário, cabe-lhe o recurso em suspensivo à Santa Sé (cân. 498). Este recurso quer dizer que o ato do Ordinário não surte efeito antes que a Santa Sé tenha dado a decisão. Se a congregação, qualquer que seja, tiver uma só casa, a supressão desta sempre estará reservada à Santa Sé, uma vez que importará na extinção da própria congregação (câns. 493 e 498).

Descjando uma congregação de direito pontifício suprimir uma casa filial, no sentido acima definido, basta em si um ato da superiora geral. Todavia, como diversas constituições prescrevem expressamente que se peça licença ao Ordinário para abri-la, será sem dúvida muito prudente consultar o mesmo antes de se chegar a fechá-la, em definitivo. Numa congregação diocesana, o direito de suprimir uma casa filial competirá, além da superiora geral, também ao Ordinário, conforme a norma canônica dada para as outras casas. A superiora geral, contudo, deverá consultar o Ordinário, como também êste não deverá proceder sem ouvir a dita superiora (câns. 498, 105, 1.º, e 493).

Prel Fr. X. Hockey, O.F.M.

DA DURAÇÃO DO MANDATO DO CONSELHO PROVINCIAL

É lícito ao Conselho provincial, que tem extinto o seu mandato, dar voto e tomar deliberações?

Tomando a pergunta nos termos propostos, poderíamos responder simplesmente: — Não.

É claro que o Conselho, uma vez extinto seu mandato, não possui mais autoridade para votar ou deliberar coisa alguma. Caso contrário, quaisquer Conselhos anteriores teriam o mesmo direito, podendo resultar disso a maior confusão dentro do instituto ou província.

Todavia, a dificuldade prática está em determinar quando o Conselho termina seu mandato. De maneira geral, pode-se dizer que isto se dá com a eleição ou, pelo menos, a posse de um nôvo Conselho.

Freqüentes dúvidas, porém, se apresentam quando as constituições estatuem que as conselheiras sejam eleitas por um triênio, mas ao término do mesmo não se cuida da substituição. Existem, de fato, falhas neste ponto em certas congregações, de maneira que se pode discutir a legitimidade dos atos do Conselho que funciona além do prazo estabelecido. No entanto, importa aqui também consultar as constituições, porque algumas determinam expressamente que o mandato do Conselho geral irá até ao

próximo capítulo geral, e o do Conselho provincial até ao próximo capítulo provincial. Atribuindo algumas constituições ainda ao Conselho geral o direito de antecipar ou adiar por seis meses a celebração do capítulo geral, resultam daí naturalmente conseqüências para a duração do mandato dos Conselhos geral e provincial.

Por conseguinte, consultando e observando rigorosamente as constituições, deixarão as dúvidas de surgir ou, se alguma ainda subsistir, poderá ela ser solucionada de maneira relativamente fácil.

Frel Fr. X. Bockey, O.F.M.

A QUEM VIAJA AO EXTERIOR

VACINA CONTRA A VARIOLA

O Decreto N.º 57 394, de 12 de dezembro de 1965, condiciona a venda de passagens para o exterior do País à prévia apresentação de certificado internacional de vacinação ou revacinação contra a variola.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição Federal resolve:

Art. 1.º — A venda ou revenda, por emprêsas de transporte ou agentes de viagens, de passagens para o exterior do País fica condicionada à prévia apresentação, pelo adquirente, de certificado internacional de vacinação ou revacinação contra a variola, aprovado pela Organização Mundial de Saúde e expedido pela repartição federal sanitária competente ou por outro órgão sanitário credenciado pelo Ministério da Saúde, observado o respectivo prazo de validade.

Parágrafo único. — A inobservância do disposto neste artigo pelas emprêsas ou agentes de viagem poderá acarretar-lhes suspensão de quaisquer vantagens ou auxílios concedidos pelo Governo Federal.

Art. 2.º — Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de dezembro de 1965;
144.º da Independência e 77.º da República.

H. CASTELLO BRANCO

RAYMUNDO BRITO

Note e Anote

RELIGIOSAS AUTORIZADAS A DAR A SI MESMAS E A OUTROS A SANTA COMUNHÃO

O Santo Padre, o Papa Paulo VI, em audiência concedida ao abaixo-assinado Secretário da Sagrada Congregação para os Negócios Eclesiásticos Extraordinários, concedeu o favor solicitado (de permitir a distribuição da Sagrada Comunhão por religiosas das paróquias de Nísia Floresta e Taipu) sob as seguintes condições :

- 1) Quando o ministro sagrado do Santíssimo Sacramento estiver ausente, há oito dias pelo menos;
- 2) A faculdade é concedida só na capela da comunidade para as religiosas e todos os que se habituaram a freqüentar a capela;
- 3) A Santíssima Eucaristia seja distribuída por uma ou algumas religiosas, designadas para esse mister pelo Ordinário do lugar;
- 4) O Santíssimo Sacramento da Eucaristia seja administrado depois que todos recitarem, juntamente, o *Eu pecador e o Senhor, eu não sou digno*; à religiosa que distribuir o Santíssimo Sacramento é permitido dizer as palavras : *O Corpo de Cristo*;
- 5) Tal faculdade seja usada sob a expressa licença do Ordinário e sob a sua vigilância;
- 6) A faculdade é concedida *ad experimentum*, por um ano, a não ser que antes a Santa Sé dê determinações mais definidas.

Revogam-se as disposições em contrário.

Dado do Palácio Vaticano, aos 24 de abril de 1965.

ANTÔNIO SAMORÉ

*Arcebispo Titular de Ternobeno
Secretário da Sagr. Congr. para os Negócios
Eclesiásticos Extraordinários*

CERIMONIAL : Todos juntos rezem, ajoelhados, o *Eu pecador suprimindo-se as palavras "e a ti, Padre", ambas as vezes. Em seguida, a religiosa estende o corporal sobre o altar, abre o sacrário, faz genuflexão. Depois, toma uma partícula consagrada com a mão direita, mantendo-a acima do cibório que segura com a mão esquerda, volta-se e diz, juntamente com todos, três vezes : "Senhor, eu não sou digno..." Ao distri-*

buir a Sagrada Comunhão, dirá para cada comungante: "O Corpo de Cristo". Ao terminar, coloca o cibório sôbre o corporal, cobre-o, purifica os dedos no purificatório, põe o cibório no sacrário, genuflete e fecha, finalmente, o sacrário. Durante a comunhão, duas velas deverão estar acesas.

(Cerimonial estabelecido por ordem de Dom Eugêno de Araújo Sales, quando Administrador Apostólico de Natal)

N. da R. — A Santa Sé deu esta licença também às Irmãs de Santa Laura, a pedido do Sr. Bispo de Girardot (Colômbia).

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA DA CRB DE SÃO PAULO

Há vários anos já, mantém a seção regional da CRB de São Paulo um Departamento de Imprensa, com a finalidade de divulgar notícias concernentes às atividades da respectiva seção, ao mesmo tempo que promove cursos e outras iniciativas com vistas à formação de padres, irmãos e religiosas para o apostolado do rádio, imprensa e televisão.

Sob a direção do Revmo. Frei Paulo Avelino de Assis, O.F.M., e coadjuvado por Moacir Gadotti e auxiliares leigos, conseguiu este Departamento, em conexão com a Faculdade de Jornalismo Casper Líbero da PUC de São Paulo, formar já mais de 600 padres e religiosas em curso de nível universitário, vindos de mais de 90 congregações do Estado de São Paulo e Estados limítrofes. Reconhecendo quão difícil e imprescindível é o apostolado neste campo, o Departamento se tem norteado pelo pensamento de Pio XII, que disse: "Nesta rude batalha da imprensa, o zelo mais generoso não pode, hoje em dia, suprir a habilidade indispensável".

Constituídas 40 equipes de rádio e televisão

Dada a exigüidade de tempo destes cursos e uma vez recebidas as instruções básicas para um trabalho eficiente, de acôrdo com as técnicas modernas, os cursistas passam logo à parte prática nas próprias emissoras de suas cidades. É um sistema de formação realizado através da própria ação direta na difusão do bem e da verdade.

Nos últimos dois anos, os cursistas constituíram 40 equipes de trabalho em emissoras de rádio, televisão e jornal de seis Estados. Cercadas de leigos ou alunos de colégios, estas equipes lançam mão de todos os meios de divulgação, como seja dramatização, concursos, noticiários, catequese, programas bíblicos, litúrgicos, sociais etc. Há quatro equipes que estão

trabalhando em televisão, e duas dirigiram a realização de dois filmes documentários, sonorizados e coloridos. Diversas religiosas escrevem habitualmente para jornais e revistas. Uma equipe de cursistas religiosas montou um estúdio completo de transmissão em seu colégio, de onde transmite diretamente para a emissora. Algumas equipes irradiam suas produções em ondas curtas atingindo todo o País. E há ainda religiosas que, à falta de emissora, se aproveitam do serviço de alto-falantes da paróquia para irradiar a mensagem divina.

Intercâmbio do Departamento de Imprensa com os cursistas

O curso de rádio, televisão e jornalismo não termina com a entrega de diplomas. É então que começa, pois o cursista ingressa na parte de exercícios em emissoras de seu meio. O Departamento de Imprensa tembra em manter contato permanente com os cursistas, dando-lhes toda assistência, solucionando seus problemas, corrigindo seus programas, orientando-os em seu apostolado.

Sabendo-se assim assistidos, os cursistas sentem-se encorajados a atirar-se a este campo de apostolado, que para muitos é a primeira viagem "por mares nunca dantes navegados". Submetem seus programas à apreciação do Departamento, que aponta as virtudes a cultivar ou os defeitos a evitar. Deste modo a formação iniciada continua plenamente dentro da ação.

Novelas religiosas

Para atender as equipes e as emissoras católicas, o Departamento de Imprensa da CRB-SP entrou em colaboração com uma gravadora para a produção de novelas religiosas, que fornece a preços módicos.

Até o momento, dispõe das seguintes gravações: 1) *O Anjo dos Andes* (vida de Santa Rosa de Lima), com 18 capítulos; 2) *São Francisco de Assis*, 41 caps.; 3) *São Jorge*, 52 caps.; 4) *A grande pecadora* (vida de Santa Maria Madalena), 32 caps.; 5) *A meia luz* (vida de Santo Tomás de Aquino), 44 caps.; 6) *Santa Cecília*, 6 caps.; 7) *Santa Engrácia*, 18 caps.; 8) *Vida de Jesus*, 46 caps.; 9) *Dom Bosco*, 76 caps. Cada capítulo tem a duração de 25 minutos. O Departamento garante a boa qualidade.

ASSOCIAÇÃO DOS ARTÍFICES

Em 6 de maio de 1849, o Vigário da Sé, Padre Adolfo Kolping, fundava em Colônia (Alemanha) uma associação cristã de artífices, que se tornou o ponto de partida de um movimento internacional — a Obra de Kolping — que conta hoje 400 mil membros em 17 países. Vivia-se por

êsse tempo num clima de tensão, face a uma sociedade que começava a industrializar-se. Enquanto Marx, nesse mesmo dia, também em Colônia, falava ao operariado exigindo a "nacionalização dos meios de produção" e pondo a esperança numa imaginária "ditadura do proletariado", Padre Kolping tinha por objetivo não deixar que os artífices e operários descessem ao nível de proletariado.

Era êsse padre um homem que conhecia por experiência própria a pobreza e a miséria. Filho de um pastor, êle aprendera o ofício de sapateiro, tendo assim ocasião de conhecer a atmosfera opressiva que se respirava nas oficinas. Sob as mais duras condições frequentou ainda o ginásio já com 24 anos, estudou depois Teologia, até que foi ordenado sacerdote. Nunca mais o Padre Kolping esqueceria o que tinha visto. E logo se propôs como programa de vida ajudar os jovens artífices cujo número nessa altura ainda ultrapassava o dos operários. Ajudar, porém, significava para êle educá-los e formar-lhes o caráter, tornando-os homens capazes na sua profissão, na vida familiar e na vida social e pública.

Confiada a tarefa às associações de artífices, em breve estas se espalharam de cidade em cidade, passando logo para além das fronteiras. Tais associações surgiram na Áustria e na Hungria, na Suíça e na França, e, já em 1856, sendo Padre Kolping ainda vivo, nos Estados Unidos da América.

As casas de Kolping acolhiam os artífices viajantes. Nas oficinas destas casas podiam os jovens artífices aperfeiçoar-se na sua profissão, melhorar os seus conhecimentos de Alemão e de Aritmética e aprender História e línguas estrangeiras. E quem hoje visita uma casa de Kolping encontra, além de oficinas modernas para os diversos ofícios, também salas de aula, onde se realizam conferências e discussões sôbre temas sociais e políticos. Na Obra de Kolping acentua-se com orgulho que numerosos membros do Parlamento e ministros cristãos saíram do movimento de Kolping.

Falecido aos 52 anos (precisamente em 4 de dezembro de 1865), Padre Kolping continua vivo em sua obra. Há mais de cem anos exortava êle aos trabalhadores: "O amor atuante cura tôdas as feridas". E é êsse mesmo amor que continua comunicando-se aos jovens que se ligam sob o nome do Padre Kolping. Prova ainda do grau elevado das virtudes dêste sacerdote, ao serviço da causa social, a Igreja anunciou já a abertura de seu processo de canonização.

CRB Informa

CRB-Sul 3 — Dentre as atividades levadas a efeito pela seção regional da CRB-Sul 3 na segunda metade de 1965, há a destacar as seguintes :

● De 11 a 18 de julho, em São Leopoldo, foi realizado um retiro, que teve a participação de 59 religiosas de diversas congregações. Também na cidade de Passo Fundo, de 15 a 22 do mesmo mês, houve um outro retiro, com 42 irmãs de várias localidades. Ainda novamente em São Leopoldo, de 6 a 13 de agosto, 49 superiores religiosas fizeram seu retiro.

Quatro retiros foram ainda promovidos para irmãs enfermeiras: o primeiro em Santa Maria, de 3 a 10 de outubro, com a participação de 26 religiosas; o segundo, realizado em São Leopoldo, no Convento Monte Alverne, de 21 a 28 de outubro, contou 126 irmãs; o terceiro, em Passo Fundo, na Vila Carmen, de 9 a 16 de novembro, congregou 36 religiosas; o último, novamente no Convento Monte Alverne, em São Leopoldo, teve a presença de 76 participantes.

● De 21 a 24 de setembro realizou-se o Curso para Irmãs Farmacêuticas, no qual participaram 76 religiosas.

● Entre padres, religiosos, religiosas e leigos, 105 participantes estiveram presentes, de 9 a 11 de agosto, num Curso Vocacional, dirigido pelo Revmo. Padre Vella.

No decorrer do mês de outubro, com a colaboração da CNBB, CRB e CRV, foi realizada, com brilhantismo, a Semana das Vocações, apresentando interessante programação alusiva na rádio e televisão.

● No Colégio Nossa Senhora das Dores, no dia 3 de outubro, realizou-se, pela primeira vez, uma reunião do Revmo. Frei Venâncio com os irmãos. Estiveram presentes cerca de vinte irmãos, na maioria superiores locais, inclusive o Revmo. Irmão Provincial dos Maristas, para tratarem de assuntos de interesse dos religiosos. No dia 29 do mesmo mês houve mais uma reunião dos irmãos provinciais.

● Na reunião de superiores locais no Colégio Sevigné, em 21 de novembro, foi estabelecido que, em vez das costumeiras reuniões mensais, fossem realizadas as chamadas reuniões das equipes de reflexão — das encarregadas dos departamentos — que preparam essas reuniões para os diversos setores de trabalho. Na mesma oportunidade foi debatida e resolvida, por unanimidade dos presentes, a necessidade da criação de um ginásio noturno para irmãs de serviços domésticos.

● A Diretoria da CRB-Sul III, em seu segundo período de atividades, promoveu sete reuniões para tratar de assuntos relacionados com sua seção.

Das Revistas

ITINERARIUM (out.-dezembro 1965)

— As pp. 441-485, Antônio Montes fala sobre "realidades e perspectivas do Movimento Ecumênico". As realidades são a divisão dos cristãos em católicos, ortodoxos, protestantes... As perspectivas são as iniciativas dos protestantes a partir de 1910 até a fundação do Conselho Ecumênico das Igrejas, as tentativas dos ortodoxos e outras Igrejas de denominação cristã. Em seguida, o autor estuda o movimento na Igreja Católica, as doutrinas (católicas e não católicas) sobre a unidade da Igreja, formas de participação no ecumenismo, para concluir que "não obstante os progressos..., o espírito ecumênico atingiu até agora uma pequena minoria de cristãos... mas melhorará gradualmente..."

— As pp. 513-517, M. Silva discorre sobre "a atualização das Ordens Menores". Algumas delas nada têm a ver com a vida real da Igreja. Talvez a solução seja transformá-las em simples bênçãos (bênção p.c.x. do coroinha que serve ao altar, em vez da ordenação de acólito). "Não se pode continuar a viver na ficção e praticar exteriormente ritos que perderam todo o sentido, e que, sob pretexto de guardar a letra, são contrários ao espírito."

— As pp. 518-530, J. Silva Soares escreve sobre "Les nouveaux prêtres no contexto da Igreja em estado de Concílio". O romance de Michel de Saint Pierre é examinado no início e serve como ponto de partida para uma análise mais profunda das tendências entre católicos, progressistas e conservadores. "A situação não é inédita na história da Igreja" — afirma o autor reportando-se às correntes judaizantes e helenistas do primitivo cristianismo, como vem relatado nos Atos dos Apóstolos. "Ninguém deixará de lamentar as divisões que se manifestam na Igreja. É pena que pessoas brilhantes, podendo contribuir com o seu zelo e saber para uma renovação mais profunda, a contrariem e dificultem... Temos de construir, que ir à descoberta de novos caminhos, de novos campos de ação. Foi assim que fizeram os nossos antepassados, foi assim que se espalharam a fé e a civilização. Se ficarmos em lamentações e recriminações e na suposta defesa dos ideais desses antepassados, traímos o seu espírito, que era dinâmico e construtivo. Deixemos a letra e sirvamos o espírito, pois a letra mata e o espírito vivifica".

PRÊTRES AUJOURD'HUI (janeiro de 1936)

— As pp. 12-22, P. Colin escreve de maneira densa mas acessível sobre o sacerdote: "Le prêtre un homme reconnu, adapté, situé?" Pode o padre ser reconhecido como "homem dentre os homens" do mesmo modo que seus contemporâneos? A que corresponde no homem este desejo de reconhecimento? É essencial ao padre encontrar uma resposta adequada a este desejo? Se há para o padre crise de reconhecimento, de onde vem ela? Pode ela ser superada? Se pode, que caminhos tomar para atenuá-la sem ferir as exigências da missão sacerdotal? A estas e outras perguntas, atuais e fundamentais, procura o autor dar uma resposta. Seu artigo, que terá prosseguimento, é resultado dos trabalhos de pesquisa: "Prêtres, comment?"

LUMEN (dezembro 1965)

— As pp. 889-896, J. Baptista Fernandes escreve sobre "Homilia — exposição dos mistérios da fé das normas da vida cristã". Devendo ser exposição da Palavra de Deus, "o texto é fonte e também o próprio ensinamento, que não deve utilizar-se em auxílio de nosso ensinamento, como simples prova, nem tampouco servir de pretexto para o que queremos dizer como idéia pessoal. A Palavra de Deus exige, de quem a expõe, justiça ao interpretá-la e fidelidade na apresentação".

— As pp. 897-908, B. Xavier Coutinho traça "Apontamentos para a História do Leigo", desde a etimologia da palavra até o conceito de leigo no Concílio Vaticano II.

— As pp. 909-918 Filipe Rocha fala sobre "A Constituição hierárquica da Igreja e a Colegialidade dos Bispos."

— As pp. 921-927, lê-se um artigo sobre "A Renovação Litúrgica e o Povo cristão", onde se procura demonstrar que "a consciência cultural da Igreja, agora formulada em termos de Magistério solene, já antes se expressava, de algum modo, em termos de vida vivida", principalmente no "Opus Dei".

VERBUM (set.-dezembro 1965)

— Na alocução do Santo Padre Paulo VI aos Padres da XXXI Congregação Geral da Companhia de Jesus, encontramos à página 167 palavras que exprimem o pensamento daquele que é modelo de obediência, Servo do Senhor, o Papa Peregrino: "Portanto, devem todos acautelar-se para que no julgar, no ensinar, no crescer, no agir não se queiram conformar com este século e deixar-se levar por todo vento de doutrina (cf. Ef 4,14) e fazer concessões a novidades fora de propósito, sendo indulgentes para o arbítrio próprio, além do que é justo".

— Destaque-se, às pp. 171-215, a homenagem prestada a Dante, por ocasião do VII Centenário de seu nascimento, como "único entre todos os poetas enaltecidos até hoje por uma Carta Encíclica na voz do Romano Pontífice Bento XV... que proclama o autor da Divina Comédia uma glória legítima da Igreja Católica. Na palavra de Dom Sebastião Baggio, Núncio Apostólico, a "Comédia é assim a mais extraordinária autobiografia que nos legou a literatura; é a história pessoal do poeta, condensada nas onze jornadas da sua imaginária peregrinação ultraterrena — de 17 a 27 de abril — que o seu gênio prodigioso projeta sobre o próprio destino do Homem, no tempo e além do tempo" (p. 183). Veja-se ainda, às pp. 203-215, em tradução de E. Vilhena de Moraes, do original italiano, da notável conferência "Da Beatrice a Maria" realizada por C. Steiner, no Teatro Verdi, em Pádua, em junho de 1924, sexto centenário da morte de Dante.

— As pp. 217-233, Júlio Barata escreve sobre o Padre José Manuel de Madureira, S.J., na evocação de um grande brasileiro.

— Em Notas e Comentários, às pp. 407-415, vem como matéria de interesse geral: Vetará a Igreja medicamentos contra a concepção? — O pronunciamento provisório de Paulo VI sobre o controle da natalidade.

Recensões Bibliográficas

ELIZABETH NICHOLS — *Noções Básicas de Serviço Social de Casos*, trad. do original americano por Maria Vitória Lessa Lacerda, Livraria AGIR Editôra, Rio de Janeiro, 1964, 1 vol. br., 264 pp. Cr\$ 2 200.

O Serviço Social de Casos — o *casework* dos americanos — é uma técnica de ajuda aos indivíduos mediante uma prestação de serviço e conselhos pessoais, possibilitando assim o desenvolvimento das suas capacidades e obtenção do ajustamento pessoal ou familiar. A presente publicação descreve, em vários capítulos, todo o processo do Serviço Social de Casos, o qual supõe três elementos fundamentais: o estudo ou investigação social, diagnóstico ou interpretação social e o tratamento a ser adotado ou a chamada terapêutica social. Uma descrição dos recursos possíveis da comunidade vem enriquecer o livro, apontando-se as agências de adoção, cuidados médicos, organizações assistenciais e hospitalização. Nem se omitem os dados essenciais a respeito de certos problemas específicos, tais como o das mães solteiras, anciãos e excepcionais. Um vasto número de exemplos tornam ainda mais elucidativas as explicações. Encerra-se a obra com a citação de uma seleta bibliografia, seguida de breve comentário.

É evidente que este estudo não tem pretensões de profundidade científica. Diz a autora textualmente no prefácio: *este livro foi escrito para aqueles que desejam ajudar o próximo*. Uma linguagem fluente, destituída de termos técnicos, proporciona a compreensão de toda uma gama de leitores:

desde um perito em Serviço Social até um principiante. Destina-se, sobretudo, àquelles que se encontram a braços com os problemas humanos e sentem necessidade de ulteriores conhecimentos para continuar a agir, agir com mais acerto e em âmbito mais largo.

É de se lamentar que não tenha havido uma preocupação em se adaptar o livro ao nosso meio, satisfazendo-se com uma tradução bem cuidada. As referências se fazem a um elenco de entidades desconhecidas a nós: clubes de bairro, assistência aos viajantes, *campfire girls*, casas da comunidade, etc.; ao menos se poderia acrescentar uma nota nomeando eventuais organismos correspondentes no Brasil. A bibliografia pertence exclusivamente à língua inglesa, sem alusão às traduções já existentes em nossa língua, por exemplo: GORDON HAMILTON, *Teoria e prática do Serviço Social de Casos*; A. GARRETT, *A entrevista, seus princípios e métodos*. Estes pequenos senões não invalidam a utilidade da obra e são passíveis de correção numa próxima edição.

F. GOLLANTE

DOM MARCOS BARBOSA, O.S.B. — *Eis que vem o Senhor*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1965, 1 op. br., 180x125 mm, 40 pp.

“Que me adianta Cristo ter nascido em Belém se ele não nasceu no meu coração?” — leva-nos a perguntar, com Orígenes, o autor, conhecido produtor e apresentador radiofônico beneditino, que nos escreveu também *Para a Noite de Natal*.

Quanto mais o Natal se esvazia de seu verdadeiro conteúdo, mais meritório é o trabalho de quem, de qualquer modo, contribui para restituir a essa festa o que ela tem de autêntico, belo e sagrado. Saber preparar e comemorar a vinda de Cristo à terra, como convém, é em suma o que se propõe o **EIS QUE VEM O SENHOR** em suas três partes: 1) Natal, o eterno presente; 2) a coroa do Advento; 3) a árvore do Natal. São considerações muito oportunas e esclarecedoras, são sugestões práticas (como essa de viver os quatro domingos do Advento), são textos e melodia bem apropriados o que muito ajudará a tornar esta quadra mais real e querida, a grandes e a pequenos, porque dentro de seu verdadeiro espírito:

Como nos faz pena ao pensar em certas figuras e tradições com que, inconscientemente talvez, aqui e ali, se falseia o Natal, deixando praticamente esquecido ou relegado para segundo plano Aquêle que é o centro e a origem de tão maravilhoso acontecimento! Diante do *leitmotiv*, das personagens, do cenário, da vida toda que se desenrola à volta do presépio, compreendemos como ficam sem sentido tantas representações e costumes alheios à verdade que se pretende evocar e que, não raras vezes, mais não fazem que privá-la de seu autêntico valor, de seu encanto e pureza originais. Por isso, ao mesmo tempo que felicitamos o autor, julgamos ser o livrinho muito útil e mesmo recomendável a quem preza um Natal... sempre cristão.

B. N.

EDUCAR PARA A VIDA é uma coleção de cadernos que a benemérita Editora Vozes, de Petrópolis, RJ, começou a editar, abordando temas educacionais, de interesse geral e com base em pesquisas e contribuições próprias de nossos dias e do meio em que habita-

mos. São pequenas brochuras, no formato de 180 x 135 mm, mas que — em virtude mesmo do ritmo de vida e da quase impossibilidade, para muitos, de hoje se lançarem a estudos que exigiriam longo tempo — têm por isso o merecimento de em poucas páginas indicar problemas vários e logo lhes propor possível solução ou ao menos uma análise oportuna e proveitosa. Ademais, é justo ressaltar que ao intuito de divulgação, e por isso numa linguagem fluente e acessível, em nada é subtraído o valor real destas publicações. Dados estatísticos e pormenores de caráter científico, citações e experiências diversas, ao mesmo tempo que ilustram e comprovam esse valor, tornam ainda mais recomendáveis tais publicações a quem se interesse por problemas de educação.

● *Como educar nossos filhos?*, com 64 páginas, é o n.º 1 da dita coleção, tendo por autor o Dr. Zaldo Rocha, professor da Universidade de Recife e médico da Clínica Psiquiátrica do Hospital Pedro II da mesma Universidade. Contém três estudos: 1) Importância da vida sexual na personalidade em desenvolvimento; 2) Importância do comportamento dos pais na formação da personalidade; 3) Importância das relações familiares no equilíbrio emocional da criança. São todos temas dignos do maior interesse e — porque tratados por um excelente educador — capazes de levar por vias seguras e adequadas a uma educação que tenha por base a psicologia profunda.

● *Educar para o cinema*, da autoria do Pe. Guido Logger, S.S.CC., é o segundo caderno da coleção em aprêço. Embora se encontre já abundante literatura sobre cinema, o certo é que o autor, em apenas 40 páginas, nos traça de algum modo toda a problemática do cinema, tendo por certo

a educação cinematográfica. Desconhecidos são os reais perigos que se apresentam para aqueles que frequentam o cinema sem orientação alguma... O caminho da atitude negativa para a atitude positiva, da indiferença para o interesse, da moleza para o entusiasmo é longo. Encurtar um pouco este caminho, eis a finalidade deste caderno (p. 4). Após ventilar aspectos que se prendem à arte e ao poder do cinema e encarar a necessidade de uma verdadeira educação cinematográfica (e o autor aconselha a inclusão do cinema como parte do currículo escolar), vem interessante e oportuna indicação bibliográfica.

● *Educar para a comunidade*, com 72 páginas, que tem por autor Lauro de Oliveira Lima, traz a público vários estudos relacionados com a educação tópicos como estes: natureza, liberdade, bem comum, pessoa humana, sociedade, Estado, valores sociais, hábitos, ajustamento etc. Preocupação do autor é comprovar suas formulações e pressupostos com os dados da Sociologia e da História, da Biologia e da Psicologia, da Filosofia e das Ciências. E isso, sem deixar de manter seu cunho original, enriquece bastante este pequeno ensaio de Educação em Sociedade. Não obstante a diferença de opiniões a que poderia levar uma ou outra afirmação, é de crer que os princípios expostos e o espírito arejado e renovador que o insufla faça deste livrinho, a nosso ver, um bom oportuno roteiro de educação de grupos.

Só com vista na inter-relação entre fenômenos sociais e processo educativo será hoje possível ajustar o educando a seu próprio meio — essa é a conclusão a que bem nos leva a leitura de EDUCAR PARA A COMUNIDADE. Não nos admira pois que o processo educativo haja de provocar, em

multos lugares, uma mudança radical na rotina escolar. Toda contenção — silêncio, atenção forçada, incomunicabilidade, ordem artificial e exterior — seria substituída por relacionamento e estímulo à comunicação: debates, trabalho em equipe, atenção motivada pela natureza da atividade, ordem interior, deliberação livre dos grupos (p. 68).

● *Educação e Planejamento*, da Equipe de SAGMACS (entidade de Pesquisa e Planejamento representando no Brasil o Movimento de Economia e Humanismo fundado pelo Fe. J. Lebret), n.º 5 da Coleção, com 52 páginas, vem dar uma visão da complexidade dos problemas educacionais e mostrar que não será através de soluções rotineiras e improvisadas que (os responsáveis) ... poderão contribuir para um efetivo e rápido desenvolvimento social (p. 5).

Em meio aos múltiplos fatores de ordem econômica, histórica e social, chama a atenção, por vezes de forma inquietante, o estudo da realidade em nosso País. Quanto mais não fôsse, prova o caderno que ao planejador não basta atender só ao aumento de vagas na escola... deverá também conhecer a extensão das forças que se opõem ao rendimento dos planos (p. 28) ou que de qualquer modo condicionam o trabalho educacional. Fruto de várias pesquisas e valorizado pela análise e sistematização da Equipe autora, este é um escrito que bem se pode recomendar a todos que têm o encargo de administrar e planejar lides escolares.

● *Educar para um mundo novo*, n.º 6, de D. Cândido Padim, O.S.B., oferece, em suas 36 páginas, matéria para reflexão séria sobre as perspectivas da mudança social que se opera entre nós e as exigências educativas que ela apresenta (p. 5).

No campo político e social, na vida espiritual e religiosa, em qualquer profissão, o homem é solicitado a integrar-se no mundo. Nasceram daí angústias e problemas difíceis sem dúvida, mas o atendimento às necessidades vitais do homem, a afirmação e reconhecimento de sua autonomia, a luz do Evangelho, são a resposta e a via certa para êle se realizar.

Talvez sem o saber, o homem hoje parece começar a construir um mundo novo *mais universal e mais fraterno... apesar dos conflitos e das contradições* (p. 34) que ainda o agitam. Tal é a perspectiva que, de forma sucinta e esclarecida, nos abre o ilustre autor.

B.N.

LIVROS

Da Livraria Duas Cidades, S. Paulo :
MÁRIO ROSSI — *Leigos para os novos tempos*, trad. do original

italiano por Maria Amélia Sã da Bandeira, s. d., 1 vol. br., 200 x 140 mm, 120 pp.

REVISTAS

Do Brasil :

Limiar — outubro 1965, Rio de Janeiro.

Sponsa Christi — janeiro 1966, Petrópolis, RJ.

Do Exterior :

Brotéria — janeiro 1966, Lisboa.

Brothers' Newsletter — vol. 7, n.º 3, 1965, Union City, N.J. (EUA).

CIDOC Informa — vol. II, n.º 22, 1965, Cuernavaca (México).

Lumen — dezembro 1965, Lisboa.

Prêtres aujourd'hui — janeiro 1966, Sèvres (França).

Prêtres diocésains — dezembro 1965, Paris.

Salesianum — abril-maio 1965, Torino (Itália).

Vinculum — set.-outubro 1965, Bogotá.